

úmero 20
ezembro
05
4 0874.9698

pretextos



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.



Demografia e Desenvolvimento

A **Revista Pretextos** decidiu dedicar esta edição ao tema **Demografia e Desenvolvimento**. Dois temas que se interligam e se condicionam mutuamente.

Procurámos, por isso, abarcar diferentes olhares sobre este tema:

- a demografia e a sustentabilidade do sistema de Segurança Social: de que forma as sociedades europeias identificam e medem estratégias com vista a "assegurar pensões adequadas e sustentáveis" num triângulo em cujos vértices se situam a protecção aos idosos, a sustentabilidade financeira de protecção social e a modernização dos regimes de pensões"

- a Declaração de Copenhaga que, 10 anos depois, veio, entre outros apelos, reforçar a necessidade de se clarificarem as políticas dos países que visam implementar estratégias para o desenvolvimento social e esforços para que cada país implique a sociedade civil neste processo.

"as ONG e o desenvolvimento num contexto de mudança para uma matriz de solidariedade de luta pelos direitos.

- a diversidade cultural no desenvolvimento, numa perspectiva de conciliação de costumes e valores que permita contribuir para o desenvolvimento dos países de acolhimento, retratando-se o caso particular da experiência portuguesa como país de acolhimento numa perspectiva intercultural.

- os idosos no futuro na perspectiva de envelhecimento activo, como um processo de optimização de oportunidades para saúde, participação e segurança e para o aumento da qualidade de vida durante o envelhecimento.

- as transformações demográficas e uma nova solidariedade ente gerações.

- a saúde sexual e reprodutiva no contexto dos objectivos de desenvolvimento do milénio.

A diversidade de perspectivas abordadas, estou certo, enriquecerá o nosso olhar sobre este tema da Demografia e Desenvolvimento.

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

edição

Instituto da Segurança Social, I.P.

rua Castilho nº 5
250-066 Lisboa
tel.: 21 318 49 00 - Fax: 21 318 49 55
e-mail: isss-castilho@seg-social.pt

distribuição
gratuita

tiragem
0.000 Exemplares

projecto Criativo
LRF-Design

TP, Impressão e Acabamento
Fernandes e Terceiro, Lda.

ISBN 0874-9698

Depósito Legal
n.º 154 679/2000

As opiniões expressas nos artigos não
reflectem necessariamente as do editor.

Desenvolvendo ...

. Copenhaga +10	4
. Demografia e sustentabilidade do sistema de segurança social ...	6
. As ONG e o envolvimento	8
. A diversidade cultural no desenvolvimento	10

Reportagem Tema de Fundo

. A experiência portuguesa de pais de acolhimento	12
---	----

Desenvolvendo ...

. Os idosos no futuro	16
. Envelhecimento demográfico e activo	18
. Confrontar a transformação demográfica	20
. A saúde sexual e reprodutiva no contexto dos objectivos de desenvolvimento do milénio	22

Notícias

. O prémio Engenheiro Jaime Filipe 2004 a criatividade ao serviço da diferença	24
---	----

Entrou em Vigor

. Legislação Publicada nos meses de Junho a Setembro de 2005 ...	26
--	----

Tome Nota

. Bibliografias Temáticas	27
. Sites	28
. Novidades Editoriais	29

ISS, I.P. gostava de lhe dizer que...	30
---------------------------------------	----

Copenhaga + 10

Liliana Monteiro

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.

A par das admiráveis transacções financeiras da "nova economia" mundial, da divulgação praticamente diária de progressos científicos e tecnológicos, das deslocações massivas de turistas para destinos exóticos e das ideias de bem-estar e felicidade difundidas pelas séries televisivas e pela publicidade, existem inúmeras sociedades que registam índices de subdesenvolvimento social assinaláveis. Tanto assim é que a tese do "apartheid mundial" de Jean-Christophe Rufin não encontra dificuldades de sustentação empírica. É neste quadro de percepção de iniquidades que faz sentido falar em Copenhaga.

1995: Cimeira de Copenhaga

A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, promovida pela Organização das Nações Unidas, teve lugar na cidade de Copenhaga (Dinamarca), entre os dias 6 e 12 de Março de 1995, e pretendeu dar visibilidade a três problemáticas sociais com expressão verdadeiramente mundial, a saber: a pobreza, o desemprego e a desintegração social. Este evento reuniu representantes de 187 países, incluindo 117 Chefes de Estado e de Governo, que assumiram a necessidade de tornar prioritária a promoção do progresso social, da justiça e da melhoria da condição humana, com vista à construção de sociedades seguras, estáveis e justas. Foi adoptada uma Declaração que reúne 10 compromissos, bem como um Programa de Acção.

10 Compromissos de Copenhaga

- Erradicar a pobreza absoluta até uma data que será determinada por cada país;

- Apolar o pleno emprego como um objectivo político básico;
- Promover a integração social baseada no reforço e na protecção de todos os direitos humanos;

- Alcançar a igualdade e a equidade entre homens e mulheres;

- Acelerar o desenvolvimento de África e dos países menos desenvolvidos;

- Garantir que os programas de ajustamento estrutural incluam metas de desenvolvimento social;

- Aumentar os recursos atribuídos ao desenvolvimento social;

- Criar um conjunto de condições económicas, sociais, culturais e jurídicas que permitam que as pessoas atinjam o desenvolvimento social;

- Alcançar o acesso universal e equitativo à educação e aos cuidados de saúde primários;

- Reforçar a cooperação para o desenvolvimento social através das Nações Unidas.

Da Cimeira Mundial de Copenhaga resultaram quatro linhas de força:

- o entendimento de que o desenvolvimento social implica uma distribuição mais equitativa das oportunidades, dos rendimentos e do poder e pressupõe uma participação conjugada dos governos e das sociedades civis;

- a assunção por parte dos representantes políticos de alto nível de que a erradicação

da pobreza constitui um imperativo não só ético e social mas também político e económico, o que levou alguns países a planificarem posteriormente estratégias de intervenção social, a médio e a longo prazo;

- a sensibilização para os aspectos negativos da globalização da economia, que produzem um fosso acentuado entre ricos e pobres, a instabilidade dos postos de trabalho e a debilidade crescente das redes sociais, tanto nos países desenvolvidos quer nos países em desenvolvimento;

- a integração das decisões das conferências até então realizadas pela Organização das Nações Unidas, tematicamente relevantes, num plano global com vista a satisfazer as necessidades humanas básicas, a reduzir as disparidades económicas e sociais e a assegurar meios de subsistência sustentáveis.

Este legado de Copenhaga não teve, como é evidente, quaisquer efeitos legalmente vinculativos para nenhum país, mas acabou por ter algum peso ético e até mesmo político, já que assentou numa plataforma de consenso, alheia a diferenças políticas, geográficas e culturais.

2000: Copenhaga, 5 anos depois.

A Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas decidiu realizar uma Sessão Extraordinária, que teve lugar na cidade de Genebra (Suíça), entre os dias 26 e 30 de Junho de 2000 e que procurou situar, de novo, a questão do desenvolvimento social no centro das prioridades da política mundial.



Da ordem de trabalhos figurou então a aprovação de uma Declaração Política, a avaliação da Cimeira de Copenhaga e a análise das actividades por ela desencadeadas e posteriormente implementadas nos diferentes países, assim como a definição de novas medidas destinadas a pôr em prática os compromissos já assumidos em 1995.

Entre as diferentes Iniciativas acordadas no evento em questão, e tendo como limite temporal definido o ano de 2015, destacam-se a redução até 50% do número de pessoas a viver em situação de pobreza extrema e a diminuição igualmente até 50% da iliteracia dos adultos. Não houve registo de divergências significativas quanto à pertinência da Cimeira de Copenhaga e do seu legado nem tão pouco quanto à necessidade da implementação de novas medidas tendentes à promoção do desenvolvimento social. Acontece que os países em desenvolvimento não puderam deixar de dar conta das suas manifestas limitações em termos de recursos para executar cabalmente o Programa de Acção de Copenhaga, pelo que apelaram à inevitabilidade da cooperação internacional.

Esta Sessão Extraordinária da Assembleia das Nações Unidas constituiu mais uma oportunidade de diálogo internacional norteado pela ideia de construção de um mundo mais equitativo. Paralelamente a este evento, o governo da Suíça acolheu o Fórum Genebra 2000, que, afinal, serviu como plataforma para o lançamento de novas iniciativas de promoção do desenvolvimento social no seio da sociedade civil.

2005: Copenhaga, 10 anos depois.

Na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, realizou-se, entre os dias 9 e 18 de Fevereiro de 2005, a 43ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social e nela marcaram presença 60 dirigentes mundiais, incluindo 30 ministros, bem como 375 representantes de entidades não governamentais.

A Comissão para o Desenvolvimento Social procedeu à avaliação da implementação da Declaração de Copenhaga e do seu Programa de Acção, tendo ainda analisado os contributos produzidos pela Sessão Extraordinária da Assembleia das Nações Unidas de Genebra (2000). Adoptou ainda uma Declaração na qual aponta os seus compromissos em relação ao desenvolvimento social e não deixou de rever metodologias de trabalho.

Apesar dos progressos registados, ao longo dos últimos dez anos, no que diz respeito ao cumprimento de Copenhaga, há ainda muito trabalho a fazer. Existem muitas sociedades onde proliferam o desemprego e os circuitos de economia paralela e até mesmo criminosos. Há outras que promovem a exclusão social de importantes segmentos populacionais, com base em seculares justificações étnicas e religiosas, e a desigualdade entre géneros no acesso à educação, ao trabalho e à participação cívica e política. Já para não falar nas sociedades africanas que assistem o confronto militares entre forças estatais e entidades erráticas lideradas por carismáticos "senhores da guerra", que frequentemente recorrem à incorporação de crianças nas suas fileiras de combatentes. Inclusive nas zonas mais desenvolvidas do mundo, em particular nas "democracias

de baixa intensidade", não deixam de surgir processos de pobreza e exclusão social que tendem a afectar preferencialmente os desempregados de longa duração, os trabalhadores pouco qualificados, os imigrantes e os membros de minorias étnicas.

E, assim sendo, para melhor fazer cumprir Copenhaga é necessário:

- clarificar as políticas dos países que visam a implementação de estratégias tendentes ao desenvolvimento social e empreender esforços nacionais que impliquem a participação da sociedade civil e, em particular, das organizações não governamentais;
- estabelecer limites de tempo para implementar as estratégias de desenvolvimento social a nível nacional e definir metodologias de monitorização e análise de resultados;
- estimular a coordenação entre a Organização das Nações Unidas e as organizações não governamentais, mediante o desenvolvimento da tradição do trabalho em rede;
- reformar as práticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para que adiram aos principais objectivos do Programa de Acção de Copenhaga, não deixando de apelar às suas responsabilidades sociais.

Por fim, e considerando que a contemporaneidade assenta na ideia de "espaço-tempo" mundial, perfeitamente indissociável da lógica compressora da globalização, é então possível afirmar que ninguém pode ser dissociado da luta pelo desenvolvimento social. Trata-se de uma luta difícil, que ultrapassa fronteiras políticas e que requer esforços contínuos. Tanto mais que dela dependem, mais cedo ou mais tarde, a justiça e a segurança.

Demografia e sustentabilidade do sistema de Segurança Social

Luísa Guimarães
Vogal do Conselho Directivo
Instituto da Segurança Social, I.P.

O envelhecimento da população constitui um dos maiores desafios que se colocam hoje aos sistemas de protecção social em toda a Europa. A evolução demográfica na União Europeia, embora com concretizações e ritmos diversos de Estado membro para Estado membro, caracteriza-se por três tendências relativamente estáveis: um contínuo aumento da esperança de vida⁽¹⁾; um decréscimo persistente da taxa de fecundidade⁽²⁾; paralelamente, assiste-se, de uma forma geral, a um envelhecimento ao nível da própria pirâmide etária, visível no decréscimo acentuado da população em idade activa e no aumento da população com idade superior a 60 anos⁽³⁾.

A situação demográfica em Portugal tem registado uma evolução que se insere no quadro atrás sumariamente referido. De acordo com dados do INE, recentemente divulgados por ocasião do Dia Internacional do Idoso, a conjugação de baixos níveis de fecundidade e de ganhos significativos na esperança de vida, tem vindo a contribuir para um envelhecimento da população portuguesa: a população idosa (ou seja, aquela que tem idade igual ou superior a 65 anos) que representava, em 1960, apenas 8% do total da população residente em Portugal, elevava-se, em 2004, a 17% da população, prevendo-se que venha a representar, em 2050, cerca de 32%. Esta tendência de aumento é particularmente significativa quando observada a evolução da população mais idosa (isto é, aquela com idade igual ou superior a 80 anos) que, em apenas quatro décadas (1960-2004), passou de 1,2% da população total para 3,8%, prevendo-se que possa atingir, em 2050, cerca de 10,2%.

Por seu lado, ilustrando de forma clara as alterações a que atrás me referi ao nível da própria pirâmide etária, sublinhe-se que o ratio de dependência dos idosos, ou seja, a relação existente entre a população idosa e a população, potencialmente, em idade activa (15-64 anos) praticamente duplicou desde a década de 60 até hoje, registando-se, em 2004, 25 idosos por cada 100 indivíduos em idade activa e estimando-se que este número possa duplicar em 2050.

Este quadro de envelhecimento populacional coloca questões a vários níveis e impõe a adopção de medidas integradas de política de emprego e de mercado de trabalho, de cuidados de saúde e de outras políticas sociais, que permitam dar resposta a uma sociedade em que teremos cada vez menos activos e cada vez mais idosos, com uma esperança de vida maior.

Ao nível dos sistemas de protecção social e, em particular dos regimes de pensões, é incontornável a necessidade destas se adaptarem à realidade demográfica, quer por forma a garantirem níveis de protecção adequada a uma população cada vez maior de idosos, promovendo a sua inclusão social e assegurando-lhes as condições para que possam envelhecer com

autonomia e dignidade, quer tornando-se instrumentos de promoção do envelhecimento activo, favorecendo a permanência no mercado de trabalho dos trabalhadores mais idosos.

É, porém, também inegável que o envelhecimento da população coloca aos regimes públicos de pensões, cuja gestão foi concebida com base em modelos de repartição, num pressuposto de que os activos seriam suficientemente numerosos para pagar as pensões daqueles que iam atingindo a idade da reforma, enormes pressões ao nível da sua sustentabilidade financeira e a necessidade de se repensar o seu financiamento. Acresce que, no caso particular de Portugal, por razões históricas que se prendem fundamentalmente com o facto do nosso regime de pensões ser, ainda, quando comparado com o de outros sistemas de protecção social europeus, por um lado, um regime pouco amadurecido composto, em larga medida, por pensionistas com carreiras contributivas curtas, que apresentam, por outro lado, baixos níveis de rendimentos registados, e que por isso mesmo constituem um grupo particularmente vulnerável à pobreza e à exclusão social, o reforço da protecção social dos idosos assume, ainda, como não poderia deixar de ser, uma particular importância.

Estas são questões que, embora remetam fundamentalmente para um nível nacional, têm vindo a ser objecto de uma intervenção também a nível comunitário. Desde a década de 90 que a União Europeia tem vindo a promover, a vários níveis, um amplo debate sobre as melhores formas de responder às mutações demográficas⁽¹⁾. No que respeita em particular à adequação e sustentabilidade financeira dos sistemas de pensões, foi lançado, em 2001, pela União Europeia, um método aberto de cooperação (MAC) que pressupõe a elaboração por cada Estado-Membro de Relatórios Nacionais de Estratégia, em torno de 12 objectivos definidos ao nível comunitário, tendo em vista identificar e, quando possível, medir as estratégias que a nível nacional são implementadas com vista a assegurar pensões adequadas e sustentáveis.

Portugal, tal como os restantes Estados-Membros, apresentou recentemente o seu 2º Relatório Nacional de Estratégia, que

contém as principais medidas já adoptadas ou que se prevê venham a ser adoptadas a curto prazo neste domínio. Destas, parece-me incontornável destacar, quer pelo seu peso, quer pela sua actualidade, as seguintes: a criação de uma nova prestação extraordinária de combate à pobreza dos idosos, prevista para o início do próximo ano; a reforma, em curso, do regime de aposentações, que consagra importantes medidas de convergência progressiva do regime da função pública com o regime geral da segurança social, a revogação da possibilidade dos desempregados se reformarem antecipadamente, a partir dos 58 anos; a suspensão do regime de flexibilidade da idade da reforma; a aproximação progressiva das remunerações convencionais que constituem a base de incidência dos trabalhadores independentes das remunerações reais, concretizada através da recente alteração do 1º escalão de base de incidência do regime dos trabalhadores independentes, e, finalmente, a afectação, concretizada através da Lei nº 39/2005, da receita do IVA resultante do aumento de 19% para 21% à segurança social e à CGA.

O desafio que o envelhecimento populacional coloca aos regimes de pensões, nos quais se inclui o português, é, em conclusão, um triplo desafio: proporcionar níveis adequados de protecção aos idosos; criar as condições para que estes níveis de protecção possam ser assegurados no futuro, garantindo a sustentabilidade financeira dos seus sistemas de protecção social; e promover a modernização dos regimes de pensões, direccionando-os para as mudanças sociais e para as novas realidades do mercado do trabalho.

NOTAS:

(1) A esperança de vida à nascença que era, em 1960, nos 25 Estados membros da União Europeia, de 67 e 75 anos, respectivamente, nos homens e nas mulheres, atingiu, em 2002 os 73 e 81 anos.

(2) O Índice Sintético de Fecundidade, na União Europeia, encontra-se desde há vários anos abaixo do limiar de substituição das gerações, tendo atingido, em 2003, 1,5.

(3) Em 2050 prevê-se que a população europeia com mais de 60 anos represente cerca de 37% da população europeia.

(4) Vide as Comunicações da Comissão COM(1999)221 final "Uma Europa para todas as idades - Promover a prosperidade e solidariedade entre gerações", COM(2002) 143 final "Resposta da Europa ao Envelhecimento da População Mundial - Promover o progresso económico e social num mundo em envelhecimento" e, mais recentemente, a COM(2005) 94 final "Livro Verde - Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas".

ONG e Envolvimento

Fátima Proença
Plataforma das ONG

Perante a proposta de reflectir sobre Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento tomo como ponto de partida um olhar sobre a experiência de participação no desenvolvimento levada a cabo por uma parte das ONG portuguesas, as designadas como ONGD - as ong que em meados da década de 80 se organizaram a nível nacional com o objectivo de promover relações e projectos de cooperação com vista ao Desenvolvimento a nível global dos então chamados Países em Vias de Desenvolvimento (PVD), em particular com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Acresce a esta experiência, o olhar sobre a experiência de trabalho em parceria com muitas ONG criadas naqueles países, com objectivos de promoção dos direitos - incluindo o direito ao desenvolvimento, seja a nível nacional, seja local.

Ambos os tipos de ONG, tanto as portuguesas como as suas parceiras africanas, surgem e desenvolvem-se em ambientes de grande mudança a nível mundial e são elas próprias espelho das grandes contradições e desafios do nosso tempo.

Nesta Norte do mundo em que geograficamente nos inserimos, vivemos os contex-

tos políticos favoráveis às grandes causas da solidariedade internacional, como foram os anos 70; no Sul do mundo, as ONG que são hoje nossas parceiras, tiveram que aguardar algum tempo mais, uma década - mas foi também em torno de desafios políticos, nomeadamente os da conquista de direitos cívicos, que se foram organizando.

Olhando a vida de qualquer organização, vinte, trinta anos não é tanto tempo assim. No entanto, foi tempo suficiente para grandes mudanças nas ONG.

A definição Não governamental tinha por base uma matriz comum de Autonomia, de Independência, que fariam toda a diferença, pois que seriam um garante de Liberdade - de escolhas, de opiniões, de acções - só condicionada por um conjunto de princípios éticos que incluem também o respeito pela Liberdade - de escolhas, de opiniões, de acções - dos menos livres.

A passagem para uma nova fase a nível mundial, dominada por uma ideologia de matriz liberal, veio criar uma pressão sobre as ONG, a Norte e a Sul, que, creio, nem num nem no outro hemisfério estávamos em condições de digerir - nem sobretudo capazes de definir os nossos termos para um novo contrato. De organizações com

uma matriz de solidariedade e de luta por direitos são claros os riscos de nos transformarmos em aprendizes de feiticeiros, gestores de novos mercados, substitutos de Estados que não se consigam transformar em parceiros. É neste novo contexto que se nos exige uma reflexão essencial - sobre matriz identitária: quem somos, com que fins e funções, com que formas e meios. Esta é uma reflexão urgente, sob risco de a identidade se vir a revelar não mais do que a de uma nova corporação.

Mas em simultâneo - porque o mundo não vai parar para reflectirmos - necessitamos de identificar o conjunto de questões que devemos colocar a outros actores do desenvolvimento, em particular às instituições públicas com legitimidade e responsabilidade nestes domínios. Vivemos muito rapidamente a passagem entre extremos: da dificuldade de criação de espaços de autonomia, de independência de ideias e de intervenção, para o extremo de precisarmos de espaço para recusar protagonismo. A inércia ou facto consumado não são seguramente o caminho para uma nova construção social e para uma nova definição dos papéis entre os diferentes actores - a Norte ou a Sul.



A reflexão tem que incluir uma definição justa e sem subterfúgios do que nos é comum - a todos os promotores de Cooperação para o Desenvolvimento: por exemplo, numa etapa em que os recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento vêm diminuindo, a exigência de uma gestão responsável dos meios, que garanta o desenvolvimento e que recuse o assistencialismo, gerador de dependência; ou, numa fase de ceticismo da opinião pública quanto aos efeitos da cooperação, a exigência de transparência de processos e avaliação rigorosa dos impactos; ou num tempo que se exige um re-equilíbrio dos poderes, a recusa dos equívocos relativos às parcerias, em

particular os que as transformam em meras alianças de conveniência. Mas esta exigência de questionamento precisa de começar por nós próprios, para podermos exigir algo dos outros - do Estado, das empresas, dos municípios, das escolas. Ou seja, desafiarmo-nos a continuar a fazer perguntas, procurar respostas.

Por exemplo:

- a nível global, ou a nível local, em milhares de projectos em que nos envolvemos, a quem cabe hoje a iniciativa?

- quem define políticas e prioridades, identifica necessidades, decide sobre recursos?
- quem determina, afinal, as escolhas?
- qual o lugar para a inovação, para o risco, para os temas "delicados"?
- qual o papel real das populações e das suas capacidades?
- qual o lugar dos sem voz?
- quem define a dimensão do tempo necessário ao desenvolvimento?
- como se avalia, como se garante transparência, como se promove o controle social?
- como preparamos as nossas organizações para o diálogo social, político, técnico?
- como preparamos as nossas organizações para a hipótese de dizer não?
-
- qual o lugar do sonho?

A Diversidade Cultural no Desenvolvimento

Teresa Tito de Morais
Presidente da Direcção do Conselho Português para os Refugiados

Durante o ano de 2004, foram apresentados em Portugal 84 pedidos de asilo de pessoas oriundas de 33 países diferentes, o que significa uma considerável diminuição em relação aos anos anteriores, resultante das restrições impostas pela União Europeia.

Coube ao Departamento Jurídico do Conselho Português para os Refugiados (CPR) entrevistar 74 dessas pessoas (88,8%) para determinar o estatuto de refugiado, elaborando os respectivos pareceres que concluem pela admissibilidade ou inadmissibilidade do pedido de asilo.

O Centro de Acolhimento da Bobadela (CAB), administrado pelo CPR, serve de lar a quase todos estes requerentes de asilo até que seja avaliada a sua pretensão. O CAB torna-se, assim, num espaço multicultural, onde homens, mulheres e crianças convivem, enquanto, também de forma gratuita, os juristas do CPR percorrem as diferentes fases do procedimento.

Nessa longa espera, nem sempre bem sucedida, é-lhes concedido apoio social directo, com direito a alojamento e alimentação, apoio médico e

medicamentoso, subsídios de emergência e transportes, assim como são ministrados cursos de língua portuguesa e informática com o objectivo de os munir de importantes ferramentas para a sua integração em Portugal.

Pode dizer-se que o CAB é um exemplo vivo de como a diversidade cultural, ideológica, de raça, género ou classe social não tem sido obstáculo ao convívio entre estes cidadãos e cidadãs, imperando sempre o respeito do "outro".

O respeito do "outro" não admite força, violência ou domínio. Admite sim o diálogo, o reconhecimento e a negociação das diferenças.

O não reconhecimento do "outro" como ser humano pleno, com os mesmos direitos e deveres que nós, tem levado à xenofobia e ao racismo, do mesmo modo que a perspectiva inter cultural se contrapõe à guetificação.

Ora, o multiculturalismo deve ser a nova cultura do espaço global, uma cultura dinâmica virada para a conciliação de uma diversidade de costumes, concepções e valores. Só nesta diversidade se criará riqueza e se aproveitará o contributo que os refugiados podem dar para o

desenvolvimento e a prosperidade dos países do acolhimento.

Simultaneamente, o país do acolhimento quando recebe bem o refugiado e lhe concede a protecção a que ele tem direito, está a prepará-lo para assumir, mais tarde no seu país, responsabilidades no processo de reconstrução e reconciliação nacionais.

Após os atentados terroristas do 11 de Setembro nos Estados Unidos e depois em Madrid e Londres aumentou a crítica ao multiculturalismo, como se nele residisse a causa do novo terrorismo internacional ou das tensões étnico-culturais na Europa.

O que perturba os europeus não é o multiculturalismo em si, mas as questões que uma leitura minoritária, radical e perversa do Islão tem colocado nos últimos anos. É importante saber que não é a diversidade cultural que está em causa, mas o radicalismo fora-da-lei, que não se constrói no respeito pelo quadro legal da sociedade em que se desenvolve.

Todos sabemos que a globalização, as políticas neoliberais e a chamada "segurança global" são factores que afectam a exclusão.



O refugiado é "diferente", pela cultura, religião ou mesmo a cor da pele, mas esta diferença deve ser encarada como uma mais-valia na perspectiva de uma cultura de direitos humanos.

A globalização, muito impulsionada na nossa sociedade pelas novas tecnologias de informação e comunicação, liga o mundo entre si, e deve estruturar a construção de uma sociedade multi-étnica.

Países democráticos, entre os quais Portugal se inclui, para aprofundarem essa democracia precisam de privilegiar a igualdade dentro do multiculturalismo, porque não se pode falar em igualdade sem incluir a diversidade.

Citando o sociólogo Boaventura Souza Santos, "temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza".

Neste sentido, a construção em curso de um novo Centro de Acolhimento para Refugiados, no âmbito da iniciativa

comunitária EQUAL, vai permitir não só receber um número maior de pessoas e dotar os requerentes de asilo de mais condições de dignidade, como também continuar a promover o multiculturalismo e o respeito pelo "outro".

No terreno concedido ao CPR pela Câmara Municipal de Loures, para além da construção de raiz de um Centro para Refugiados, será, também, edificada uma Creche/ATL, um campo polidesportivo descoberto e um jardim público.

Este projecto surge, assim, como um todo abrangente que visa responder não só às necessidades do público-alvo (através de uma série de actividades que permitam a informação, formação e organização dos tempos livres dos requerentes de asilo e refugiados) como dispor de serviços comuns, também, dirigidos para a própria sociedade de acolhimento (ex. biblioteca-mediатеca, ateliers, formação, etc.).

Caracterizando-se esta como uma experiência única de integração dos requerentes de asilo na União Europeia, ao contribuir para a promoção da coesão social entre requerentes de asilo e

refugiados e a comunidade local.

A possibilidade de realizar esta obra simboliza o reconhecimento do longo percurso já realizado pelo CPR na promoção da diversidade cultural e defesa dos direitos dos refugiados.

No entanto, é preciso trabalhar mais e melhor para que a contribuição positiva dos refugiados para criar riqueza nos países de acolhimento seja reconhecida pela própria sociedade.

Uma verdadeira integração no país de acolhimento apenas será eficaz quando desenvolvidas práticas efectivas de inclusão social, como, por exemplo, o reconhecimento das competências dos refugiados, a sua integração no mercado de trabalho e o acesso a uma série de direitos primordiais.

Assim, caberá ao país de acolhimento desenvolver políticas mais arrojadas e tendentes à promoção de um efectivo e real multiculturalismo.

A experiência portuguesa de país de acolhimento

Rui Marques

Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

A experiência de diversidade e de alteração de fluxos migratórios tem sido vivida intensamente por Portugal. Desde logo, vivemos no final do séc. XX a transição de um país essencialmente de emigração para um saldo migratório positivo onde o número de imigrantes que nos procuram superior aos portugueses que partem como emigrantes. Começámos, então, a aprender a ser País de acolhimento de imigração.

Com a descolonização e o pós-1975, para além do regresso de cerca de meio milhão de portugueses que viviam nas antigas Colónias, o nosso país foi escolhido por muitos africanos dos novos países de língua portuguesa. Estes, fugindo à guerra ou procurando melhores condições de vida, foram-se instalando em Portugal. Nessa fase (1975/1980), a população estrangeira cresceu à taxa média anual de 12,7%, atingindo em 1989, o valor de 101.011 imigrantes, o que correspondia a 1% da população total.

Escolhendo sobretudo as periferias das grandes cidades como Lisboa ou Setúbal, instalaram-se, muitas vezes, em condições precárias e, com baixas qualificações, foram arrastados para empregos indiferenciados. Fixaram-se e poucos regressaram aos seus países de origem. Os seus descendentes, na 2ª e 3ª geração, constituem uma realidade socialmente muito distinta dos pais, órfãos de uma identidade clara, que não encontram nem no País de acolhimento, nem no País dos seus antepassados.



acime

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

Este é, aliás, um dos maiores desafios a uma política de gestão da diversidade étnico-cultural em Portugal, com particular destaque para o tema da aquisição de nacionalidade portuguesa que se regou, até 2005, por princípios muito restritivos, deixando de fora muitos destes jovens.

Nos anos 90, Portugal continuou a receber imigrantes, embora se tenha diversificado as origens, chegando a 400.000 imigrantes legais em 2003 (4% da população). Ao ciclo africano, seguiu-se um ciclo brasileiro - que em 2004 recrudesciu - e que não colocou grandes questões em termos de choque cultural. Finalmente, entre 1995 e 2002, o ciclo de imigração de Leste. Este último coloca, ao nível cultural, questões novas, como o facto de não terem com Portugal qualquer laço histórico-cultural, não partilharem a mesma língua e serem portadores, em média, de um nível educacional superior ao da sociedade de acolhimento.

Desta forma, em trinta anos, Portugal passou a ter que gerir uma diversidade étnico-cultural dentro das suas fronteiras e precisou de se adaptar - e continua a precisar - a esta nova configuração. A interculturalidade é a via que defendemos para Portugal. A nossa composição étnico-cultural proporciona-nos hoje um tecido humano diversificado, muito mais rico e menos monolítico. Mas não só. Portugal tem tudo a ganhar, num mundo global, em deter um padrão de diversidade cultural capaz de enfrentar o diálogo entre povos e culturas, como vantagem competitiva.

Importa assumir esta opção nacional pela interculturalidade como "projecto em permanente construção", na consolidação do diálogo aberto e mutuamente respeitador, entre diferentes culturas presentes na sociedade portuguesa. Este modelo exige, num processo interactivo, fundado na vontade mútua dos imigrantes e da sociedade de acolhimento, por um lado, um contrato de acolhimento, que explicita a adesão - ou, no mínimo, o pleno respeito - dos imigrantes ao núcleo central de valores da sociedade de acolhimento. Em paralelo e simultâneo, como face da mesma moeda, o respeito da sociedade de acolhimento pela preservação e promoção da identidade cultural dos imigrantes.

Este modelo de acolhimento funda-se, obviamente, num quadro democrático de Estado de Direito, com o primado da Lei, perante a qual todos são iguais, e torna possível estabelecer um projecto

social comum e um destino partilhado, num quadro de respeito pelas diferenças e de diálogo entre a diversidade. Assim, a interculturalidade não inviabiliza a construção harmónica de uma sociedade estruturada em função de valores como a Justiça e da Solidariedade. Ao invés, no mundo actual, fortalece essa construção, contrariando o "choque de civilizações" e as tensões sociais decorrentes da disjunção entre diferentes comunidades. Neste particular, importa vencer as concepções baseadas no "binarismo" social para evoluir para formas de "hibridação cultural" que melhor se adequam à complexidade do mundo e aos intensos movimentos de população e culturas.

Esta opção exige a plena participação social, cultural e económica dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Um dos espaços fundamentais para essa participação acontece ao nível comunitário, nas redes de proximidade. Na pequena comunidade de bairro, de aldeia ou de vila, joga-se o essencial do sucesso da integração, pois é aí que se fazem sentir, com maior ou menor intensidade, os braços abertos do acolhimento ou o rosto fechado da desconfiança. Não haverá macro-políticas que contrariem com eficácia o perfil de acolhimento das comunidades locais. Se a esse nível se afirmar predominantemente a xenofobia, o racismo ou, simplesmente a desconfiança, nenhum decreto ou lei mudará o essencial. Daí, também, a importância primordial do poder local na definição e execução de estratégias de proximidade para proporcionar o bom acolhimento ao imigrante.

Importa, por isso, sublinhar que a via da interculturalidade não se torna efectiva sem a plena adesão, não só do Estado, mas sobretudo dos cidadãos e cidadãs que constituem a sociedade de acolhimento. É em cada um deles, na sua mente e nos seus corações, que se ganha - ou perde - esta batalha. Para tal desfecho muito contribuem as instituições da Sociedade Civil - Associações, Igrejas, Sindicatos, ... - e, sobretudo, numa sociedade hipermediatizada, a Comunicação Social. A disseminação de estereótipos e de preconceitos contra o "estrangeiro" pode ser, em muito, potenciado ou combatido por estas instituições.

Na verdade, a batalha pela sociedade inclusiva começa por se jogar ao nível das mentalidades e das representações sociais dos portugueses e também dos grupos de imigrantes.

A experiência portuguesa de país de acolhimento

(continuação)

No caso específico dos media, a imagem que proporcionam dos imigrantes é, muitas vezes, associada ao crime e a comportamentos marginais: em 2003 correspondeu a 17,9% das notícias da imprensa, subindo na imprensa popular esse valor a 22,3% sendo que nas televisões privadas essa presença superou a barreira dos 30%.

Este enviesamento e associação perversa, cultiva e reforça na sociedade de acolhimento uma atitude de medo e desconfiança. Felizmente, apesar de minoritária, tem sido também visível - e deve ser fortemente reforçada - uma outra leitura em torno da descoberta positiva do outro e das suas diferenças, com destaque para expressões de diversidade cultural que vão da gastronomia à música, da cultura à religião.

Neste processo de integração intercultural é fundamental um esforço de aprendizagem da cultura e língua, hábitos e tradições da sociedade de acolhimento por parte de quem chega. Esse esforço é vital e deve ser favorecido por programas de acolhimento do Estado e da Sociedade Civil, que tornem mais calorosa e eficaz o primeiro contacto.

Mas não é menos relevante, por parte da sociedade de acolhimento, o conhecimento progressivo e estruturado das culturas, das tradições e das religiões dos imigrantes que chegam até nós. Sem esta descoberta mútua não há coesão social possível.

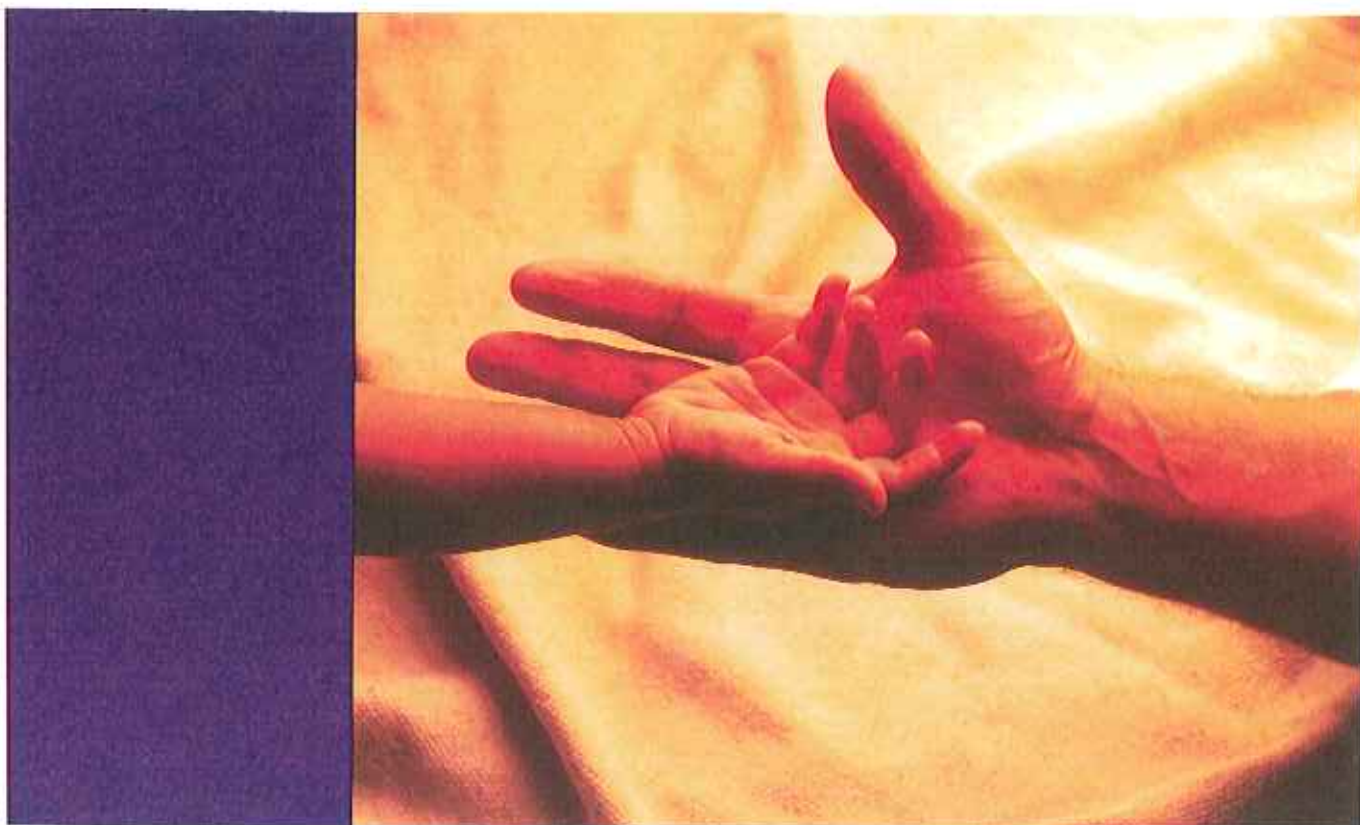
A construção de capital social, por via da integração dos imigrantes, implica particularmente a responsabilidade dos funcionários da Administração Pública que são contactados por imigrantes nos vários departamentos estatais aos quais os imigrantes têm que se deslocar e para quem estes funcionários são o interface. A consciência de que a sua atitude profissional simbolizará para o imigrante a qualidade de acolhimento que o nosso país lhe dispensa, é crucial.

Neste contexto, alguns passos importantes foram já dados, nomeadamente no âmbito da acção do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), através de serviços como os Centros Nacionais e Locais de Apoio ao Imigrante, a Linha SOS Imigrante e os diferentes Gabinetes de apoio. No entanto é necessário ir mais longe através, por exemplo, da inclusão de componentes de interculturalidade e de políticas de integração na formação dos funcionários que habitualmente contactam com comunidades imigrantes, bem como a avaliação permanente da qualidade do serviço prestado na óptica da integração representam apostas importantes a desenvolver.

O direito a viver em família, através da viabilização do reagrupamento familiar do núcleo da família imigrante, constitui um expoente e medida da humanidade de uma política de integração de imigrantes. A família, célula fundamental da nossa sociedade representa um factor de estabilização emocional e psicológica, uma garantia de redução de comportamentos desviantes e uma ponte para a integração na sociedade de acolhimento, quer através do cônjuge, quer dos filhos. Apesar de aparentemente pacífica, a efectivação deste direito depara-se com obstáculos visíveis e invisíveis que urge dissolver.

Quer no contexto isolado, quer sobretudo em família, a integração dos imigrantes passa por um acesso, em igualdade de circunstâncias, com os restantes cidadãos a uma habitação condigna que não os remeta para guetos marginalizados e, por outro lado, os proteja da inacreditável exploração verificada no arrendamento de habitações ou no aluguer de quartos a imigrantes.

Um outro eixo importante para a promoção da coesão social passa pela consciência da vulnerabilidade e proximidade do abismo em que muitos imigrantes vivem no país de acolhimento.



Pela especificidade da sua situação, da qual sobressai o isolamento e a fraca rede social de apoio, o baixo nível de poupança, ou a maior exposição a contextos desfavoráveis (atraso de salários, por exemplo), alguns imigrantes legais ficam, involuntariamente, em situação muito desprotegida, podendo, em muito pouco tempo, passar de uma situação estável para sem-abrigo. Testemunhando isso, o número de imigrantes sem-abrigo aumentou significativamente, representando em Lisboa, 24% da população sem-abrigo, valor claramente sobre-representado em relação à presença de 3,7% de imigrantes na população portuguesa. Este facto tem uma variante particularmente agravada quando se trata de imigrantes irregulares pois estão fora dos mecanismos de protecção social previstos para estes casos.

A questão da imigração irregular é, aliás, uma das mais complexas neste domínio.

Se é evidente que um Estado do Direito tem que fazer cumprir a Lei e não deve fazer qualquer concessão a circuitos mafiosos de tráfico de pessoas e de imigração ilegal, não é menos verdade que nesse processo estão envolvidas pessoas e não mercadorias. E isso não pode ser ignorado.

A defesa da imigração legal justifica-se, desde logo, pelo que equivale enquanto protecção do imigrante, desde o país de origem até ao país de acolhimento. Os imigrantes que arriscam em processos falaciosos de imigração irregular correm sérios riscos de engano, exploração, sofrimento e até, algumas vezes, perigo de vida. Estão fora da protecção legal que lhes seria devida enquanto imigrantes regulares e são alvo fácil dos predadores que abundam neste circuito que representa um dos negócios ilegais mais lucrativos e de baixo risco.

A promoção da coesão social, no quadro de uma sociedade humanista, exige que perante estes casos - os mais pobres entre os pobres - se possa ter uma resposta que vá além da simples e linear aplicação da lei. Essa missão cabe, sobretudo, à sociedade

civil e aos cidadãos individualmente considerados, mas também afecta o Estado.

Nunca ignorar que, em qualquer circunstância, a dignidade da pessoa humana se mantém intocável e deve ser protegida contra todas as adversidades, exige a constituição de um núcleo de direitos essenciais devidos a qualquer pessoa, independentemente da sua situação documental. Sublinham-se a título de exemplo, a importância do acesso à saúde, do abrigo temporário em situação de emergência - já garantidos - ou do retorno voluntário ao seu país de origem. Mas também importa proporcionar-lhes um apoio jurídico competente e solidário que defina, com rigor e justiça, a sua situação, pois o desconhecimento que possuem da lei e dos seus direitos leva-os, a muitos deles, a uma situação de irregularidade por ignorância ou falta de recursos de defesa.

Um outro domínio, habitualmente desconsiderado, passa pelos direitos políticos. São poucos os países que viabilizam a participação política activa e passiva dos imigrantes. Se em Portugal já foram dados passos importantes que abrem a participação ao nível autárquico seria particularmente significativa, num óptica de coesão social e co-responsabilidade que se abrisse ainda mais a possibilidade de participação política, para os imigrantes residentes em Portugal. A inclusão participante na dinâmica democrática ajudaria a criar pontes e a permitir uma assunção plena de um estatuto de cidadania que poderia ser, em casos bem delimitados, positivamente desacoplado do acesso ao título de nacionalidade.

Nessa mesma linha, envolver directamente imigrantes, conjuntamente com nacionais, no desenvolvimento das políticas de imigração (quer na sua concepção, quer na sua execução) representa mais uma pista de desenvolvimento de um sentido cívico e de construção de confiança mútua que importa assumir plenamente.

Os idosos no futuro

Constança Paúl
UNIFAI, ICBAS-UP

A verdade do tempo histórico se encarregará de caracterizar os idosos de então e mostrar o seu percurso ao longo do século XXI. Por agora, juntamos alguns dados científicos sobre tendências relativas ao desenvolvimento futuro do ser idoso, com intenções políticas e expectativas individuais, mais ou menos optimistas, sobre o resultado do processo de envelhecimento, num horizonte de algumas décadas.

Em 2002 a OMS definiu como meta para a primeira década do século XXI, o Envelhecimento Activo (WHO, 2002). Este conceito define-se como um processo de optimização de oportunidades para a saúde, participação e segurança, no sentido de aumentar a qualidade de vida durante o envelhecimento. A receita básica para os idosos no futuro poderá então ser (1) um estilo de vida saudável que ajuda a manutenção de altos padrões de saúde; (2) no caso dos países da União Europeia, o privilégio de vivermos em segurança e, (3) talvez a chave do sucesso, a participação social, nas suas diversas formas que vão desde trocas interpersonais significativas, até ao exercício dos direitos e deveres de cidadania, estendendo a participação às estruturas e associações comunitárias, em prol do bem comum.

Tendo este conceito de envelhecimento activo como pano de fundo, abordaremos a questão dos idosos no futuro, numa perspectiva de saúde e numa perspectiva psicossocial, enquanto áreas chave do processo de envelhecimento. Na saúde, o debate coloca-se actualmente entre duas hipóteses opostas sobre a evolução da saúde e da incapacidade ao longo do processo de envelhecimento, a primeira refere que o aumento de pessoas idosas será acompanhado por uma compressão da morbilidade, em que a doença e a incapacidade serão adiadas para idades cada vez mais tardias (Fries, 1980), a segunda hipótese, de expansão da morbilidade, considera que as pessoas viverão mais, mas com maior sobrecarga de doenças e incapacidade (Kramer, 1980). Os dados científicos não mostram

ainda uma tendência clara. Ainda que mais saudáveis, as pessoas parecem ter expectativas cada vez maiores sobre a sua condição de saúde e esperam uma intervenção médico-farmacológica mais eficaz. No futuro, se a prevenção impuser mudanças no estilo de vida, desleixado e sedentário de hoje, os idosos serão mais saudáveis. Continuarão as investigações na área do aporte calórico e sua relação com a longevidade e as doenças (comer menos para viver mais), haverá avanço na terapia e engenharia genética, para contrariar as mutações do ADN, ou "desligar" o mecanismo de apoptose (em que a célula activamente se suicida), haverá avanço farmacológico, por exemplo, na área da doença de Alzheimer, sendo que tudo isto levará ainda muitos anos a ser conseguido e testado (para uma revisão Kirkwood, 1999).

Há falta do elixir da longa vida, aposte-se forte na prevenção e sobretudo na melhoria contínua e significativa das condições sócio-económicas das populações. Na perspectiva psicossocial, partimos da discussão sobre a reforma que está na agenda política dos países da União Europeia. Em poucas décadas, tornamos o direito à pensão de reforma universal, fizemos reformas antecipadas e recentemente adiamos a idade de reforma. Podemos imaginar que, num futuro próximo, a falência dos sistemas de segurança social e os condicionalismos desenvolvimentistas dos países, continuem a forçar o trabalho sénior para idades cada vez mais avançadas, sobretudo se formos capazes de comprimir a morbilidade.



Em Portugal, comparando o censo populacional de 1992 com o de 2002 verifica-se que houve um acréscimo de pessoas com mais de 65 anos no mercado de trabalho, principalmente no sector feminino e embora estes dados devam ser interpretados com muita cautela, porque podem existir outras variáveis que concorram para este fenómeno, o que é facto é que esta tendência também se observa noutros países (e.g. Henretta, 2001).

As repercussões psicossociais na saúde e satisfação de vida das pessoas idosas, deste marcador social de entrada na velhice que é a reforma, são difíceis de prever. Podemos imaginar que as pessoas se mantêm mais saudáveis e integradas, esconjurando a solidão e o estigma do ser velho, para fases muito tardias e próximas da morte, ou pelo contrário que as pessoas se arrastam penosamente nos seus trabalhos, porque isso é essencial à sua sobrevivência económica, mas o fazem sem lucros psicossociais claros.

A baixíssima qualificação dos trabalhadores portugueses que demorará anos a inverter, não torna previsível que trabalhadores mais velhos consigam manter os seus postos de trabalho ou, se os mantiverem, por imposição externa, que derive daí maior bem-estar.

Nesta área, como em todas as outras, o baixo estatuto sócio-económico das pessoas, torna as expectativas sobre os resultados do envelhecimento no futuro muito mais sombrias, ainda que a tendência seja, em nosso entender, globalmente positiva para todos.

Quando comparámos os dados sobre as pessoas idosas, das nossas próprias investigações ao longo de quase 20 anos (e.g. Paúl, 1994; Paúl e Fonseca, 2005) são grandes as diferenças, nomeadamente nos níveis de iliteracia que caíram globalmente em muitos pontos percentuais.

Houve um aumento e uma melhoria notável na quantidade e qualidade de serviços sociais e de saúde para a população idosa, sendo que cada vez há menos pessoas autónomas a residir em lares ("a guardar vez" para futuras situações de necessidade), embora se observe um aumento de grandes dependentes, muitos dos quais sem respostas específicas e diferenciadas, como é o caso das pessoas com demência.

O apoio domiciliário era ainda uma "novidade" na década de 80, sendo que agora se alarga a cada vez maior número de utentes. As tendências de uma evolução positiva nas características dos idosos e nas respostas sociais é evidente e espera-se que continue.

No futuro, haverá mais idosos, sobretudo muito idosos que serão mais educados, e exigentes, constituindo um desafio aos profissionais que trabalham nesta área que têm que planejar serviços para pessoas que não dispensarão as tecnologias para o seu bem-estar, que talernão cada vez menos respostas massificadas às suas necessidades e que, quando doentes, exigirão recursos especializados de apoio, simultaneamente sofisticados e humanizados, colocando novos dilemas éticos e fazendo apelo a boas práticas profissionais. Se nos encontrarmos no futuro, avaliaremos então a nossa capacidade de fazer mais e melhor hoje para aumentar a qualidade de vida ao longo do processo de envelhecimento.

BIBLIOGRAFIA:

- Fries, J. (1980). Aging, natural death, and compression of morbidity. *New England Journal of Medicine*, 303, 130-135.
- Henretta, J. (2001). Work and Retirement. In Binstock, R. e George, L. (Eds) *Handbook of Aging and the Social Sciences*, San Diego: Academic Press.
- Kirkwood, T. (1999). *Time of our lives. The science of human aging*. New York: Oxford University Press.
- Krøner, M. (1980) The rising pandemic of mental disorders and associated chronic diseases and disabilities. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 62, 282-297.
- Paúl, C. (1994). Panorama demográfico dos idosos em Portugal. *Geriatrics*, 70 (VII), 21-26.
- Paúl, C. e Fonseca, AM. (Eds) 2005, *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi.
- WHO (2002). *Active Aging: A policy framework*. Geneva: Noncommunicable disease prevention and health promotion, aging and life course.

Envelhecimento Demográfico

Custódio Conim
Demógrafo Consultor

1 - Introdução: uma visão global

A experiência registada no passado recente, não apenas da população portuguesa, mas em geral de todas as populações humanas, com particular relevância nas sociedades mais urbanizadas e com mais elevados padrões de desenvolvimento económico e social, não deixa dúvidas quanto ao progressivo acentuar do designado envelhecimento demográfico. As medidas de política social e familiar implementadas para inverter ou moderar o decréscimo dos índices de fecundidade têm, por outro lado, demonstrado a ineficácia de medidas da natureza administrativa, fiscal e apoio financeiro. Associado ao declínio da fecundidade humana em níveis muito abaixo do nível de substituição das gerações, na ausência de acontecimentos extraordinários de natureza não demográfica (catástrofes naturais de forte dimensão, grandes epidemias, entre outros fenómenos), a vida média da população do sexo masculino e feminino deverá continuar a registar progressivos melhorias no futuro.

Registe-se que, em Portugal, a evolução da esperança de vida à nascença conheceu fortes acréscimos nos últimos 30 anos de evolução. Entre 1970-2001 a vida média da população do sexo masculino situava-se em cerca de 60,9 anos na primeira destas data para se aproximar dos 73,4 anos em 2001-2002. No sexo oposto a esperança de vida médias seguiu idêntica tendência, passando entre o início e o final do período de observação respectivamente de 66,4 anos para 80,5 anos de idade, correspondentes a acréscimos da ordem de 21 %.

Definindo o envelhecimento como a percentagem de idosos de 65 e mais anos de idade, no conjunto da população, a situação existente em 2000, no conjunto dos actuais 25 Estados da União Europeia e outros de Estados Europeus, é-nos apresentado na Figura I.

2 - Anos 90: Regiões e concelhos

Em Portugal, e na última década de evolução, a imigração tem constituído uma importante variável não demográfica de rejuvenescimento populacional, sendo certo que, com maior ou menor intensidade, uma parte significativa do rejuvenescimento das populações Europeias, tem tido uma significativa origem nas correntes imi-

gratórias. A nível nacional e a manter-se um cenário de evolução médio (acréscimo da esperança de vida, estabilização ou variação moderada dos índices de fecundidade e saldos migratório globais de sinal positivo), em 2021 os idosos de 65 e mais anos representarão valores ligeiramente superiores a 20% da população total. No horizonte de 2021, por 100 jovens de 0-14 anos de idades deverão existir quase 150 idosos com 65 e mais anos.

No plano espacial ao nível dos concelhos de Portugal, as fortes migrações internas dos anos 60 até finais dos anos 70, fortemente orientadas para o Litoral Português e para os grandes centros urbanos, a quebra de emigração permanente portuguesa e o desportar do fenómeno da imigração dirigida para Portugal, moldaram a figurina actual das estruturas demográficas nacionais e regionais. Sendo o envelhecimento uma característica marcante do conjunto nacional é, particularmente nos planos regionais e concelhios, que a tendência atinge a sua maior expressão.

A reduzida dimensão da população na esmagadora maioria dos concelhos de Portugal e o acentuar da intensidade da população idosa no conjunto destas populações aparece como um eixo fundamental das dinâmicas de evolução demográfica nacional, regional e local (a quase totalidade dos concelhos do interior do Continente e os menos populosos, à excepção de alguns concelhos sedes de distritos, observavam já em 2001 uma proporção de idosos no conjunto da população compreendida entre 16% e 41%). Entre 1991 e 2001 da repartição da população idosa é-nos apresentada na Figura II. Em 2001 e repartindo o País em três grandes grupos podemos observar percentagens de idosos de 65 e mais anos da ordem de 21% a 41% (mais envelhecidos), 16% a 21% (envelhecimento médio) e 8% a 16% (menos envelhecidos).

3 - O desafio dos próximos 20 anos¹: o envelhecimento activo

Sendo o envelhecimento, em geral, da população uma realidade progressivamente crescente, o envelhecimento da população activa apresenta uma outra face da questão global do progressivo aumento da população idosa.

As projecções da população activa para o conjunto nacional, baseadas na projecção da população por sexos e idades e da projecção da população activa no horizonte de 2021, ajudam a precisar a problemática do envelhecimento demográfico no contexto da população activa. Num plano global, a população activa mais jovem de 15-39 anos poderá reduzir-se em mais de 600 mil activos, enquanto a população activa menos jovem de 40-64 anos poderá aumentar em mais de 530 mil activos. Em síntese, a população activa de 15 e mais anos de idade tenderá a crescer ligeiramente até 2011, seguindo posteriormente uma ligeira tendência decrescente, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino. Em ambos os sexos, a população activa de 15 e mais anos será ligeiramente inferior aos activos recenseados em 2001 (4 milhões e 946 mil activos).

Varição da População Activa, Portugal, 2001-2021 (Milhares)

Grupos etários	HM	H	M
15-39 anos	-613	-339	-275
40-64 anos	534	266	268
40-44 anos	96	45	51
45-49 anos	147	72	75
50-54 anos	118	58	60
55-59 anos	116	63	53
60-64 anos	57	28	29
65 e + anos	27	12	15

As grandes variações da população activa entre 2001 e 2021 deverão centrar-se no forte acréscimo dos activos mais idosos de 40-64 anos de idade (534 mil efectivos e ambos os sexos) comparativamente a -613 mil activos de 15-39 anos de idade. Embora com menor peso estatístico, deverá assistir-se a acréscimos ligeiros da população activa de 65 e mais anos. A longo prazo, a população activa tenderá, pois, a envelhecer progressivamente, apesar do impacto positivo da imigração externa em Portugal estar presente no presente modelo de projecção. Em termos relativos, a repartição da população activa por grandes grupos etários passará no conjunto do sexo masculino de pouco mais de 57% de activos em 1981, sucessivamente para 54% do total em 2001 e 43% em 2021, no grupo dos activos mais jovens de 15-39 anos. No sexo feminino regista uma tendência semelhante, passando de pouco menos de 66% do total em 1981, para 46% em 2001.

Geográfico e Activo

Por outro lado, o grupo dos activos mais idosos de 40-64 anos passará dos cerca de 40% de 1981 sucessivamente para valores relativos próximos de 44% em 2001 e 55% em 2021 (sexo masculino).

No sexo feminino, os activos de 40-64 anos passarão aproximadamente de 33% em 1981 para pouco mais de 40% em 2001, podendo representar 52% em 2021;

Em resumo, o acréscimo dos activos mais idosos de 40-64 anos entre 2001-2021 poderá representar cerca de +22% no sexo masculino comparativamente a cerca de +30% no sexo feminino. Entre os activos mais jovens de 15-39 anos observa-se uma situação inversa, registando-se decréscimos relativos da ordem de -23% no sexo masculino e -21% no sexo oposto. Finalmente, os activos de 65 e mais anos observarão variações positivas da ordem de +21% no sexo masculino e +41% no sexo feminino, entre as datas de início e final da projecção;

Refira-se ainda que, no quadro do envelhecimento da população activa, a idade média da população passará, respectivamente, entre 2001 e 2021 de cerca de 38,3 anos para 42,5 anos no sexo masculino. A população activa feminina terá uma idade média ligeiramente mais jovem, passando dos 37,1 anos de 2001 para 41,5 anos em 2021.

Neste cenário de evolução, decorrente da situação demográfica presente e das perspectivas num horizonte de médio e longo prazo, as consequências directas e indirectas do envelhecimento no plano do emprego, da produtividade e das necessidades de formação, podem centrar-se nos seguintes grupos alvo:

- Na população activa mais idosa de 40-64 anos de idade comparativamente aos activos mais jovens de 15-39 anos de idade, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino;
- Nos idosos e sobretudo dos grandes idosos (população com 80 e mais anos) a par do forte acréscimo das necessidades das populações sem actividade económica mais envelhecidas (saúde, apoio domiciliário, educação, assistência, etc.);
- Activos mais idosos de 65 e mais anos;
- Nos desempregados activos de longa duração entre a população activa com 45 e mais anos de idade.

Figura I - População idosa de 65 e mais anos. Países da União Europeia e outros Países, 2000.

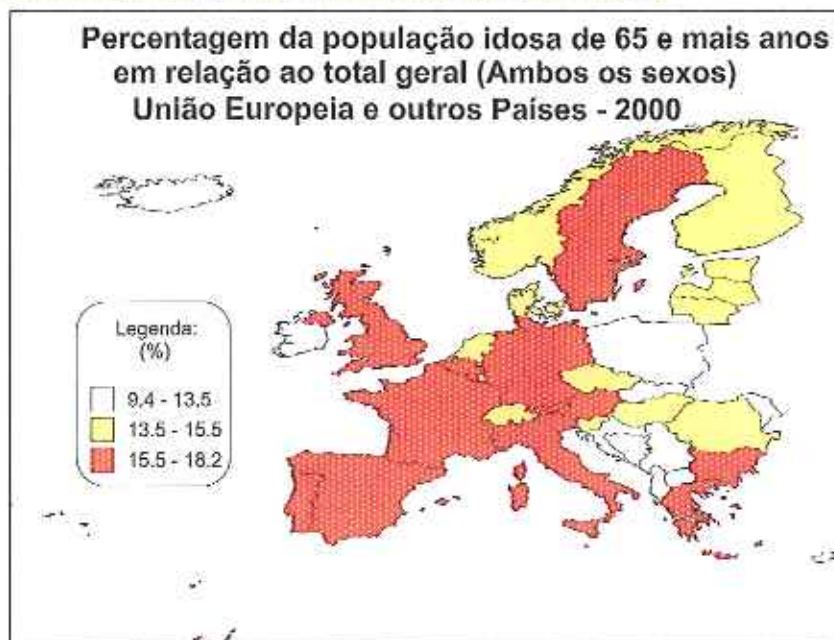
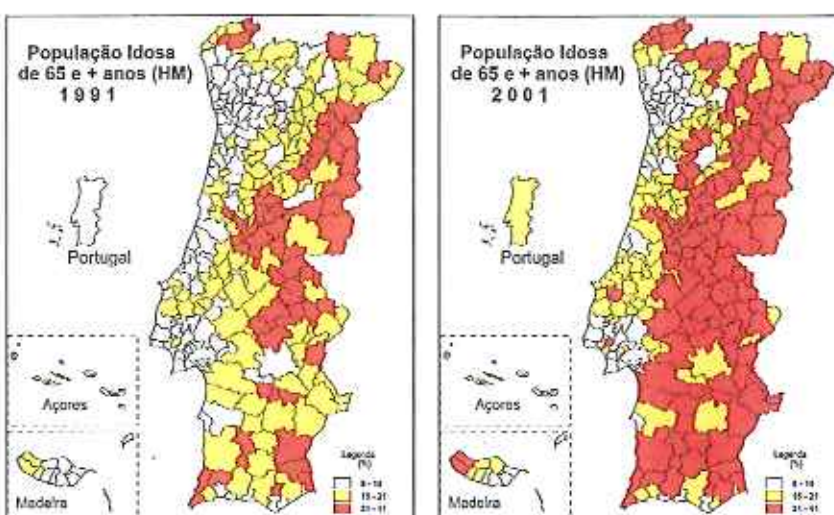


Figura II e III - Idosos de 65 e mais anos de idade. Ambos os sexos, Concelhos 1991-2001.



Em resumo, uma política de prolongamento da vida activa tenderá a torna-se um factor quase incontornável nas sociedades mais industrializadas, também como medida de sustentabilidade do tão falado equilíbrio e estabilidade financeira do próprio sistema de segurança social.

NOTAS:

¹⁾ O prolongamento da vida activa, como consequência directa do acréscimo da longevidade da população do sexo masculino e feminino, será naturalmente uma das questões básicas que as sociedades mais industrializadas deverão equacionar a curto prazo. Em Portugal um projecto de investigação relacionado com o envelhecimento activo procura equacionar a globalidade desta situação (União Europeia/Fundo Social Europeu: Projecto smart)regions/ Medidas Inovadoras no Envelhecimento), apoiado pela União Europeia e executado pela UAL - Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de Estudos de Economia Internacional).

Confrontar a transformação demográfica: uma nova solidariedade entre gerações

Rui Nicola - Economista
 Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento - MTSS
 Direcção de Serviços de Estudos da Segurança Social

A Europa é a primeira região do mundo a conhecer, em simultâneo, três mudanças profundas:

a persistência de uma fecundidade baixa, o aumento da esperança média de vida e o envelhecimento da geração da "baby boomers"⁽¹⁾.

Como é observável historicamente, o aumento da população constituiu em geral um contributo de suma importância para o crescimento e desenvolvimento económico e social. Neste contexto, a ambição europeia de se constituir como a economia mais competitiva do mundo, segundo os auspícios da Estratégia de Lisboa, implica necessariamente uma sólida actuação sobre o desafio central que constitui a perda do "motor demográfico". A este nível as estimativas disponíveis apontam para a redução do crescimento económico potencial de 2% para 1,5% a partir de 2015, em virtude da redução de 7% na população em idade activa que se verifica-

rá na Europa até 2030⁽²⁾.

Para além do modelo de crescimento económico, as repercussões demográficas estendem-se ao modelo social europeu, amplamente pressionado por uma dinâmica crescente de beneficiários e de novas necessidades sociais em contraponto a uma evolução negativa da população contribuinte. Neste domínio, o equilíbrio terá de se constituir como a dinâmica que melhor se ajusta à alteração da composição etária da população, bem como aos seus efeitos nos diversos domínios da vida em sociedade, designadamente ao nível pessoal, familiar, laboral e social.

Perante este desafio, têm sido avançados na agenda política europeia quatro objectivos que se assumem como vectores de resposta, designadamente, o aumento da produtividade, alicerçado num processo eficaz de aprendizagem ao longo da vida, o aumento da participação no mercado de

trabalho, impulsionado pela mobilidade profissional dentro de um mercado de trabalho europeu, a recuperação da natalidade, apoiada por boas políticas de promoção da conciliação da vida familiar e actividade profissional e a melhor administração da imigração, incorporando eficazmente o contributo económico e social que constitui a integração de cidadãos originários de países terceiros numa Europa em declínio demográfico.

Não obstante a percepção de que o desafio demográfico é global, o espaço europeu é constituído por uma multiplicidade de países com situações diferenciadas em termos demográficos, económicos e nos princípios políticos que orientam os seus sistemas de protecção social, não havendo uma mesma noção de "urgência" na agenda política de cada país e uma prática política adequada a todo o espaço europeu ao nível da implementação de medidas.

Por outro lado, a informação e reflexão sobre os percursos políticos nacionais proporcionam um recurso indispensável com vista à melhoria da prática da política social, sendo fundamental a difusão promovida através de redes de investigação e eventos temáticos subordinados à discussão da política social. Estas redes cognitivas e sessões de reflexão conjunta têm vindo a evidenciar alguns dos pontos de tensão identificados pelas experiências políticas dos países membros da UE nos diversos domínios de ajustamento, nomeadamente no âmbito das seguintes áreas: o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal e familiar e a igualdade de género nas sociedades em envelhecimento; o envelhecimento em actividade; a integração dos migrantes e a questão sobre se "A taxa de natalidade constitui um assunto de preocupação pública?"¹⁴.

A título de exemplo, nos domínios do *work-life balance* e da igualdade de género é de notar que o sucesso dos países nórdicos na compatibilização de melhores taxas de fecundidade com níveis mais elevados de emprego, não tem o mesmo nível de correspondência na redução do *wage gap* ou da segregação profissional, sendo o sector público responsável por uma proporção substancial do emprego feminino.

Adicionalmente, estes países desenvolvem serviços de cuidados a crianças que contribuem para mobilizar eficazmente as mulheres da situação de dependência de prestações sociais para o mercado de trabalho, mas que as conduz a empregos com salários reduzidos, promovendo a desigualdade de género e colocando em causa a sustentabilidade social da actual estratégia. Por outro lado, a experiência dos países que investiram na promoção do trabalho a tempo parcial demonstra que esta opção é utilizada essencialmente por mulheres que permanecem neste regime de trabalho após os primeiros anos de maternidade, dando origem a desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

Não obstante, a experiência destes países revela que apenas políticas estáveis e duradouras de apoio à família e de promoção da conciliação da vida familiar e actividade profissional produzem efeitos positivos e prolongados na evolução da fecundidade.

Neste âmbito, é de reconhecer o mérito à Comissão Europeia pelo papel de relevância que desempenha no Agendamento Político deste (e de outros) desafio central e na criação de espaços próprios e sinergias



para reflexão, troca de conhecimentos e experiências de política nacionais e de perspectivas sectoriais dos diversos agentes relevantes, com vista a gerar todo um capital de actuação política que auxilie os decisores nacionais na condução dos processos de ajustamento. Por outro lado, importa realçar que a política social permanece uma área onde a intervenção legislativa comunitária não deve inibir a capacidade de cada país seguir o seu rumo, embora seja reconhecido o papel importante realizado em diversas áreas onde a harmonização legislativa contribuiu e deverá continuar a contribuir para a promoção da coesão social do espaço europeu.

O desafio está presente no dia-a-dia de cada país e o processo de ajustamento e recalibragem dos sistemas de solidariedade beneficia seguramente do conhecimento das experiências políticas dos nos-

sos parceiros comunitários na procura das soluções mais eficazes que se adequem às especificidades nacionais.

Portugal tem participado activamente nesta comunidade de conhecimento que muito contribui para a determinação e sustentação das linhas de política seguidas, na certeza porém que estamos perante dinâmicas sociais com efeitos de longa duração e que modificarão substancialmente a sociedade e a solidariedade como a conhecemos na actualidade.

NOTAS:

¹⁴Vide comunicação de Vladimir Spidla, Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, na conferência subordinada ao tema deste artigo organizada pela Comissão Europeia em Julho de 2005.

¹⁵Relatório do Grupo de Alto Nível sobre a Estratégia de Lisboa, presidido por Wim Kok.

¹⁶Vide conferência subordinada ao tema deste artigo organizada pela Comissão Europeia em Julho de 2005.

A Saúde Sexual e Reprodutiva

no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

- O outro lado do espelho partido da demografia e do desenvolvimento.

Alice Frade

Associação para o Planeamento da Família

Expressões como direitos humanos, erradicação da pobreza, igualdade de oportunidades, discriminação com base no género fazem hoje parte do argumentário político e social como forma de preparar o futuro ou justificar as desigualdades do presente?

O mundo tem hoje 6.000 milhões de pessoas, duas vezes mais do que em 1960. Haverá mais 3.000 milhões nos próximos 50 anos. À medida que a população vai crescendo, e simultaneamente a nossa capacidade natural para explorar os recursos naturais e o nosso apetite natural pelo consumo, aumenta o impacto sobre o ambiente. Há, por todo o lado, sinais de alerta: a água está a ficar cada vez mais escassa; a pressão para desflorestar as terras para as cultivar está a ameaçar a fragilidade do ambiente; as cidades estão a crescer rapidamente sem infra-estruturas nem planeamento adequados, poluindo o ar e a água; o aquecimento global provocado pelas emissões de dióxido de carbono está a alterar os padrões climáticos.

Os relatórios do UNDP e UNFPA de 2002 chamavam a atenção para os efeitos da produção e do consumo crescentes, nos países mais ricos a par do crescimento demográfico nas nações mais pobres do mundo: Onde mais nascem também mais morrem.

Os países mais desenvolvidos, com apenas um quinto da população mundial, são responsáveis por 86% do consumo privado total, enquanto que a restante população,

a mais pobre, apenas consome 1,3% do total. Uma criança nascida na Europa Ocidental ou nos Estados Unidos irá consumir 30 a 50 vezes mais, no decurso da sua vida, do que uma criança nascida no Bangladesh ou em Moçambique.

As Nações Unidas em 2000 apresentaram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) que vieram redefinir as prioridades globais do desenvolvimento e são largamente aceites como um grelha de medida dos progressos do desenvolvimento, a par de outros instrumentos e indicadores são hoje a chave e a agenda para o diálogo e estratégias de desenvolvimento dos países.

Surgem 6 anos após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento onde 179 países, incluindo Portugal confirmaram um Plano de Acção para 20 anos onde foi assumida a mudança de paradigma do planeamento familiar, ie, os indicadores de saúde e de análise demográfica foram assumidos como indicadores de desenvolvimento e direitos humanos indissociáveis da Saúde Sexual Reprodutiva, que inclui além do planeamento familiar, a prevenção e tratamento do VIH/SIDA, a prevenção e abordagem das questões associadas à violência e discriminação, como por exemplo a exploração e tráfico de pessoas, entre outras. Esta abordagem foi reconfirmada posteriormente em 1995 na 4ª conferência das NU sobre as Mulheres, Pequim.

Os ODM vinculam a comunidade internacional a alargar a abordagem do Desenvolvimento como chave do progresso económico e social sustentável de todos os países.

Numa abordagem holística podemos afirmar que quatro dos oito ODM são inerentes às actividades e serviços de saúde sexual e reprodutiva: saúde materna, VIH/SIDA, mortalidade infantil e a igualdade de género e sem a sua plena consecução a par da parceria mundial a favor do desenvolvimento a erradicação da pobreza, a educação básica, em especial das raparigas e a sustentabilidade ambiental, principalmente nas zonas mais pobres será impossível de alcançar. O acesso universal aos cuidados, serviços e programas de Saúde Sexual e Reprodutiva fazem parte de uma imensa estratégia em prol da humanidade.

A realização em Setembro de 2005 da Conferência do Milénio, que contou com a intervenção específica de Portugal e com discurso do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, tem sido um ano com um enfoque específico nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e na Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos, particularmente no que se refere à parte da população mundial mais discriminada, embora frequentemente referenciada em termos da agenda política mas esquecida nos organismos nacionais e internacionais: os jovens e as mulheres.

No contexto desta nova abordagem da população e desenvolvimento e novos desafios à demografia, vejamos alguns números apresentados e inúmeras vezes repetidos desde 2000 pelas várias Agências e Fundos das Nações Unidas, Institutos de Investigação e Governos, e que, por si só fazem esta ligação entre Saúde Sexual e Reprodutiva, Género e VIH/SIDA e Desenvolvimento:

Saúde sexual e reprodutiva. Pobreza e Populações excluídas - a maioria são mulheres e crianças (abaixo dos 18 anos).

- Actualmente, cerca de 3.000 milhões de pessoas vive na pobreza, com menos de 2 dólares por dia.
- 238 mil milhões de jovens, o que equivale a 22,5% da população jovem do planeta, vivem com menos de 1 dólar por dia.
- Em situações de pobreza extrema, guerras, campos de refugiados as pessoas têm relações sexuais (incluindo as forçadas); as mulheres continuam a engravidar e continuam a nascer bebés.
- Pelo menos 3,3 milhões de mulheres e homens morrem todos os anos por causas associadas à precariedade de cuidados de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o VIH/SIDA, complicações com a gravidez e aborto inseguro.
- Das 130 milhões de crianças no mundo que não frequentam escolas, dois terços são raparigas.
- Das 920 milhões de iletrados em todo o mundo, dois terços são mulheres.
- 60% das pessoas que vivem em pobreza no mundo são raparigas e mulheres.
- Todos os anos, cerca de 500 mil mulheres morrem durante a gravidez e parto; 7 milhões sofrem de infecções e lesões.
- O parto continua a ser uma das principais causas de morte evitáveis em mulheres, tirando a vida a uma mulher por minuto.

Saúde Sexual e Reprodutiva e Jovens - entre os jovens são as raparigas adolescentes que enfrentam maiores riscos da desigualdade, no acesso à educação, no maior risco de abusos sexual, casamentos precoces, práticas tradicionais nocivas, trabalhos domésticos, exploração e tráfico. A prevalência de gravidez precoce é superior nas adolescentes mais pobres e isoladas.

- Os Países mais pobres, são os detentores da maior número de crianças e jovens, mas também os maiores detentores de taxas elevadas de mortalidade materna, infantil e juvenil, por causa evitáveis.
- A População Jovem na Pobreza surge como invisível no entanto os números apontam para valores superiores a 500 milhões de jovens em pobreza e exclusão social.
- Há 1.000 milhões de adolescentes que entraram, ou estão prestes a entrar, na idade reprodutiva, a maioria dos quais não tem acesso à educação e serviços de saúde reprodutiva.
- 1 novo caso de infecção VIH (entre os 15 e os 24 anos) em cada 14 segundos, a maioria mulheres jovens.

- Menos de 5% dos jovens mais pobres usam métodos modernos de contracepção, incluindo o preservativo.
- Os jovens são metade dos desempregados do mundo.
- Importante ter em conta o baixo nível de capacitação muitas vezes no sector informal (aqui a maioria são mulheres jovens) corresponde a uma maior vulnerabilidade no exercício das competências sócio-afectivas e profissionais e cidadania.

Saúde Sexual e Reprodutiva e VIH/SIDA - actualmente apenas uma em cada cinco pessoas em todo o mundo tem acesso à prevenção, informação e serviços sobre VIH/SIDA.

- Metade dos novos casos de infecção pelo VIH/ SIDA ocorre nos jovens dos 15 aos 24 anos, e as raparigas são a população em maior risco.
- Há 40 milhões de pessoas que vivem com VIH/ SIDA; 28,5 milhões vivem em África.
- 3 - 6 em cada 10 homens com IST, incluindo o VIH/SIDA não informam as suas parceiras

"Não é possível alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, particularmente a erradicação da pobreza extrema e da fome, senão se abordarem de frente as questões da população e da saúde reprodutiva. E isto significa intensificar os esforços para promover os direitos das mulheres e efectuar maiores investimentos na educação e saúde, incluindo a saúde reprodutiva e o planeamento familiar"

Kofi Annan,
Secretário Geral das Nações Unidas, 2000

- Cerca de 40% dos casais não discutem as questões do Planeamento familiar e surge como responsabilidade exclusiva da mulher
 - O uso do preservativo e de práticas seguras de prevenção está associado aos comportamentos sexuais e reprodutivos saudáveis e aumenta com o nível de escolaridade
- Saúde Sexual e Reprodutiva e Violência de Género - esta é a forma mais generalizada de atentado aos direitos humanos que é socialmente tolerada e culturalmente silenciada, no entanto dados recentes apontam para o facto de uma em cada três mulheres ser vítima de violência física, sexual ou outra.

Nas suas várias formas, incluindo a Violência Intra-familiar ou doméstica, trata-se de uma epidemia silenciosa de proporções alarmantes. Para além do número das que sofrem as consequências, ela também impede os países de beneficiarem da plena participação sócio-económica das mulheres, que constituem mais de 60% do potencial económico mundial.

- A desigualdade entre sexos gera diferen-

ças de poder e acesso a serviços e direitos, entre homens e mulheres: resulta em violência sobre a mulher!

- A violência sobre as mulheres, nas suas várias formas, é uma violação dos direitos humanos fundamentais
- 4 milhões de mulheres e raparigas são compradas e vendidas por ano no mundo inteiro, tendo em vista o casamento, a prostituição ou a escravidão.
- Pelo menos 500 000 mulheres na Europa são traficadas anualmente com o objectivo de exploração sexual.
- Em cada dia 14.000 mulheres são infectadas com o VIH e cerca de 1.450 morrem por problemas associados à gravidez e parto.
- Entre 10 a +60% das mulheres são sujeitas a discriminação e violência doméstica e as raparigas são mais vulneráveis, inclusive para o tráfico ou outras práticas nocivas na maioria associadas a causas económicas.
- Uma em cada quatro mulheres grávidas foi abusada.
- Estima-se que violência sexual, intra e extra-familiar, coerção, tráfico, casamentos forçados, "venda da noiva" e práticas tradicionais prejudiciais, como o CGF, integram o quotidiano de mais de 20 milhões de raparigas adolescentes em cada ano.
- Gravidezes precoces, gravidezes não planeadas ou desejadas, violência e maus-tratos, factores económicos estão na origem do recurso ao aborto bem como contágio de IST e VIH/SIDA.

Os custos deste cenário mundial são elevados pois a não estarem assegurados direitos básicos como o acesso aos serviços e cuidados de educação e saúde, nomeadamente a sexual e reprodutiva, tem efeitos ao nível do capital humano e da produtividade. Desta nova demografia não pode estar arredado o trabalho de inclusão e respeito inter-cultural. O contributo da população imigrante no rejuvenescimento dos países de acolhimento e produtividade económica, também com remessas para os países de origem, terá que ter em conta que a imigração, na maior parte dos casos, surge como a solução para a fuga aos atentados à dignidade individual, aos direitos humanos e ao ciclo de pobreza e exclusão.

Em resumo, nesta abordagem que tem em conta os direitos humanos e não a pressão populacional sobre as economias e ambiente qual o papel de Portugal e da Europa no mundo desenvolvido onde homens e mulheres partilham direitos, deveres, responsabilidades, e onde participam de forma igualitária na família, na sociedade, na economia e na política.

O acesso à formação, à educação, à saúde, ao apelo e à integração social são direitos de homens e mulheres que fazem parte do lado do espelho não partido da Demografia e do Desenvolvimento.

Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2004

A criatividade ao serviço da diferença

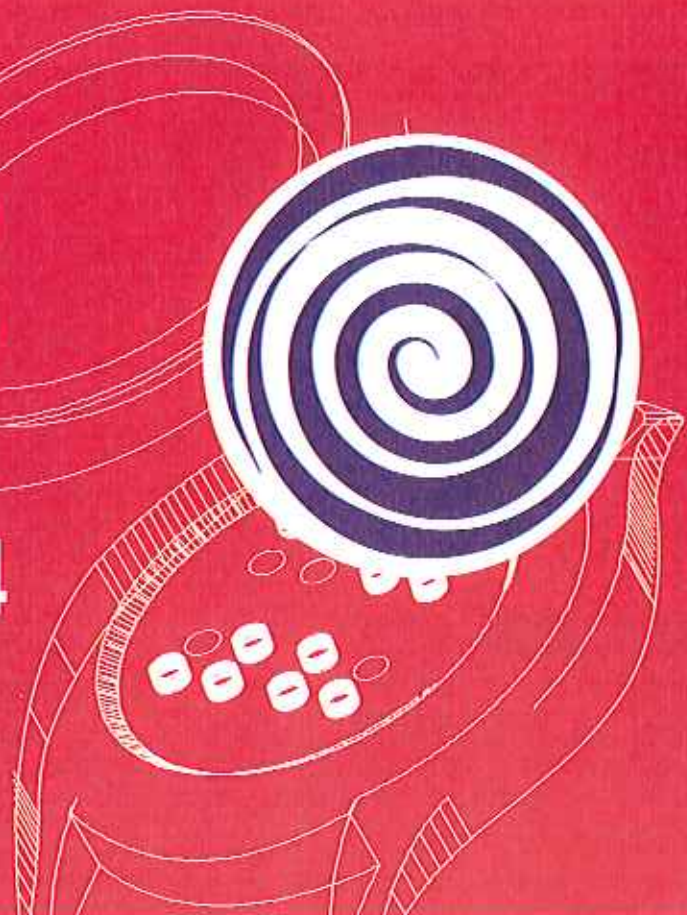
Ana Morgado
Instituto da Segurança Social, I.P.

O Prémio Engenheiro Jaime Filipe visa homenagear um homem que dedicou a sua enorme capacidade criativa à reabilitação de pessoas com deficiência, sendo mesmo um dos pioneiros do que hoje se designa por ajudas técnicas ou tecnologias de apoio e promoção da autonomia.

Criar concepções inovadoras que facilitem os actos quotidianos de pessoas em situação de dependência foi, para esta figura, pensar com mais força na defesa da pessoa portadora de deficiência e na promoção da autonomia, acesso ao exercício de cidadania e integração social deste grupo populacional.

A instituição deste prémio, deve-se a uma iniciativa do Instituto da Segurança Social (ISS) em colaboração com o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a Direcção Geral de Saúde, a Associação Portuguesa da Criatividade, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento da Presidência do Conselho de Ministros, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, constituindo estes organismos, para efeitos de selecção das candidaturas, a Comissão de Análise.

Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2004



O prémio é constituído por uma componente pecuniária, no valor de 5000€, e por um troféu da autoria de Isabel Coeiro, elaborado em colaboração com a CERCI de Lisboa. Só será atribuído um prémio anualmente mas, quando os projectos a concurso apresentarem qualidade e interesse superior, poderão ser atribuídas menções honrosas.

VKV "Vozes que se vêm", cuja criação é de José Maria dos Santos José Neves

A cerimónia de entrega do Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2004, decorreu no passado dia 15 de Setembro, em Lisboa, no auditório, Centro de Recursos em Conhecimento, do Instituto de Segurança Social. A mesa da cerimónia foi presidida pela Dr.ª Idália

"Criar é pensar com mais força"
Pierre Reverdy⁽¹⁾

A 4ª Edição deste Prémio, que decorreu em 2004, consagrou como vencedor o Eng. Pedro Filipe Alves Teixeira, autor da concepção inovadora "Sistema Interactivo de Guia e Informação para Deficientes Visuais", constituído por uma bengala com um auricular e um guia que permite a comunicação com o equipamento sonoro de informação. O seu trabalho, já implementado no Museu Quinta de Santiago em Leça da Palmeira, oferece mobilidade a deficientes visuais, permitindo-lhes um maior controlo e conhecimento deste espaço cultural. Esta criação poderá, ser implementada em todo o tipo de espaços públicos, nomeadamente estações de Comboio e Metro. Foram ainda atribuídas duas menções honrosas: uma à concepção "Mão Amiga" da autoria de Ana Luísa da Silva Machado Lamos e de Artur Miguel Pinto de Sousa e a outra, à invenção "Sistema de Legendagem

Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, que entregou ao homenageado o troféu concebido pela CERCI de Lisboa e um cheque de 5000€, pelo Dr. Edmundo Martinho, presidente do ISS, que procedeu à entrega das duas menções honrosas e pelo Dr. Camilo Rodrigues, da Associação Portuguesa da Criatividade e membro da Comissão de Análise, que proferiu uma breve alocução sobre a vida do Eng. Jaime Filipe.

O evento foi encerrado com o discurso da Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação que, para além de ressaltar a importância que reveste este prémio, salientou a pertinência do envolvimento das empresas neste projecto e referiu ainda, que a criação do Prémio Engenheiro Jaime Filipe, se ficou a dever ao Dr. Edmundo Martinho, actual presidente do ISS.

NOTAS:

1) Florence Moutreynaud, Dicionário de Citações, Editorial Inquérito, Lisboa 1991, Edição nº 800116/0159, Pág. 111

Legislação Publicada nos meses de Junho a Setembro de 2005

Mónica Baptista
CRC - ISS, I.P.

JUNHO 2005

Define o âmbito de protecção social conferido pelo sistema público de segurança social aos trabalhadores no domicílio. **Decreto-Lei n.º 98/2005. DR Série I-A 114 (2005-06-16) 3820;**

Nomeação dos directores dos Centros Distritais de Segurança Social da Guarda, do Porto, de Viseu, de Faro, de Évora, de Beja, de Leiria, de Coimbra, de Braga, e de Setúbal. **Despachos n.ºs 12 597/2005, 12 598/2005, 12 599/2005, 12 600/2005, 12 601/2005, 12 602/2005, 12 603/2005, 12 604/2005, 12 605/2005 e 12 606/2005. DR Série II 109 (2005-06-07) 8575-8578;**

Nomeação dos directores dos Centros Distritais de Segurança Social de Viana do Castelo, de Vila Real, de Bragança, de Aveiro, e de Castelo Branco. **Despachos n.ºs 12 778/2005, 12 779/2005, 12 780/2005, 12 781/2005, 12 782/2005. DR Série II 110 (2005-06-08) 8648-8649;**

É nomeada a directora do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém. **Despacho n.º 12 932/2005. DR Série II 111 (2005-06-09) 8688-8689;**

É nomeado o director do Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre. **Despacho n.º 14 113/2005. DR Série II 121 (2005-06-27) 9347-9348;**

Determina que a Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, já existente, passa a depender da tutela conjunta do membro do Governo responsável pelas questões da igualdade de género e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade

Social e nomeia nova responsável e coordenadores. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2005. DR Série I-B 121 (2005-06-27) 3993-3996;**

Programa de Estabilidade e Crescimento para 2005-2009. **Resolução da Assembleia da República n.º 44/2005. DR Série I-A 123 (2005-06-29) 4030-4031;**

Aprova um conjunto integrado de medidas relativas à gestão da função pública. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2005. DR Série I-B 124 (2005-06-30) 4053-4052;**

Aprova as orientações e medidas necessárias para reforçar a convergência e a equidade entre os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e os da segurança social e a garantir a sustentabilidade dos sistemas de protecção social, bem como medidas tendentes a reforçar a equidade e eficácia do sistema do regime geral da segurança social. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2005. DR Série I-B 124 (2005-06-30) 4054-4056;**

Incumbe os Ministérios das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade Social e o ministério pertinente em razão da matéria de conduzir o processo de avaliação dos regimes especiais que consagram, para determinados grupos de subscritores da Caixa Geral de Aposentações, desvios às regras do Estatuto da Aposentação, por forma a convergirem com o regime geral. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2005. DR Série I-B 124 (2005-06-30) 4056-4057;**

JULHO 2005

Tendo em vista a implementação da política de prevenção da deficiência, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, o Governo aprova, pelo presente despacho, o financiamento supletivo ao regime geral de ajudas técnicas às pessoas com deficiência. **Despacho Conjunto n.º 479/2005. DR Série II 133 (2005-07-13) 10222-10223;**

Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 328/93, de 25 de Setembro, que revê o regime de segurança social dos trabalhadores independentes. **Decreto-Lei n.º 119/2005. DR Série I-A 140 (2005-07-22) 4336-4338;**

AGOSTO 2005

Suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do n.º 2 do artigo 23.º, do n.º 2 do artigo 26.º e dos n.os 1 a 4 do artigo 38.º-A do Decreto-Lei n.º

329/93, de 25 de Setembro, na redacção em vigor, assim como revoga o regime de antecipação da idade da reforma para os trabalhadores desempregados, previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 84/2003, de 24 de Abril. **Decreto-Lei n.º 125/2005. DR Série I-A 148 (2005-08-03) 4489-4490;**

Protocolo de cooperação de 2005 celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. **Protocolo n.º 115/2005. DR Série II 163 (2005-08-25) 12334-12336;**

Protocolo de cooperação de 2005 celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a União das Misericórdias Portuguesas. **Protocolo n.º 116/2005. DR Série II 163 (2005-08-25) 12336-12339;**

Protocolo de cooperação de 2005 celebrado entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a União das Mutualidades Portuguesas. **Protocolo n.º 117/2005. DR Série II 163 (2005-08-25) 12339-12341;**

Altera o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de Fevereiro, que estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade doença no âmbito do subsistema previdencial de segurança social. **Decreto-Lei n.º 146/2005. DR Série I-A 164 (2005-08-26) 5055-5056;**

Determina a não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras e o congelamento do montante de todos os suplementos remuneratórios de todos os funcionários, agentes e demais servidores do Estado até 31 de Dezembro de 2006. **Lei n.º 43/2005. DR Série I-A 165 (2005-08-29) 5064-5065;**

Primeira alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, que revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção. **Lei n.º 45/2005. DR Série I-A 165 (2005-08-29) 5066-5068;**

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009. **Lei n.º 52/2005. DR Série I-A 167 (2005-08-31) 5186-5284;**

SETEMBRO 2005

Aprova a Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005. DR Série I-B 172 (2005-09-07) 5486-5488;**

Bibliografias Temáticas: Demografia e Desenvolvi- mento

Susana Cardoso
CRC - ISS, I.P.

BANDEIRA, Mário Leston - **Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, D.L. 1996. 572, [3] p.; il.; 20 cm. (Análise social). Bibliografia: p. 535-550.

BATISTA, Isabel; FREITAS, M. Fátima; PERISTA, Pedro - **Re-inventar solidariedades [Texto policopiado]: o local como eixo dinamizador do apoio social às pessoas idosas: que inovação possível: relatório final**. [Lisboa]: Centro de Estudos para a Intervenção Social: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997. vol.; 30 cm.

COCHITO, Maria Isabel Gerales Santos - **Cooperação e aprendizagem: educação intercultural**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. XV, [11], 180 p.; 30 cm. (Cadernos de formação de educação intercultural3). Bibliografia: p. 175-180.

CÓNIM, Custódio N. P. da Silva - **Geografia do envelhecimento da população portuguesa: aspectos sociodemográficos 1970-2021**. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento: Comissão para o Ano Internacional das Pessoas Idosas, 1999. [4], VIII, 161 p.; il.; 30 cm.

ESTADOS UNIDOS. National Research Council. Panel on a Research Agenda and New Data for an Aging World - **Preparing for an aging world: the case for cross-national research**. Washington, D.C.: National Academy Press, 2001. XV, [3], 308 p.; 23 cm. Contém bibliografia.

FERNANDES, Ana Alexandre - **"Envelhecimento demográfico: as transformações da modernidade"**. In: Cidade solidária. - Lisboa: Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 2, n.º 3 (2.º sem. 1999), p. 16-21. Cota: PE/C 0020-3. Bibliografia: p. 21.

FERNANDES, Ana Alexandre - **Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal**. Oeiras: Celta, 1997. XVI, 211 p.; il.; 24 cm. (Sociologias). Bibliografia: p. 171-181.

GOUVEIA, Adelino; SOLLA, Luísa - **Português: língua do país de acolhimento: educação intercultural**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 180 p.; 30 cm. (Cadernos de formação de educação intercultural). Bibliografia: p. 175-180.

KINSELLA, Kevin G.; ESTADOS UNIDOS. Bureau of the Census, ed. lit. - **Population and health transitions**. Washington, D.C.: U.S. Dept. of Commerce, Economics and Statistics Administration, Bureau of the Census, 1992. [4], 52 p.; il.; 28 cm. (International population reports P95/92-2). Bibliografia: p. 44-46.

LAGES, Mário F. - **"Demografia e modernidade: [recensão]"**. In: Análise social. - Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. - ISSN 0003-2573. - 4.ª série, vol. 32, n.º 140 (1997), p. 235-236.

OCDE - **La capacité de prendre des décisions a long terme dans sept pays de l'OCDE [Texto policopiado]: le cas du vieillissement**. Paris: OECD, [199-]. 33 p.; 30 cm. (Document de travail). Documento retirado do site a 29-11-2002. <http://www.oecd.org/pdf/M00019000/M0019424.pdf>

PEREIRA, Miriam Halpern - **"Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX"**. In: Análise social. - Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. - ISSN 0003-2573. - Vol. 7, n.º 25/26 (1969), p. 85-117.

PINHO, Isabel Maria Macedo de - **A política social e o envelhecimento demográfico [Texto policopiado]**. [Braga: s.n.], 1998. XIII, CCXLVI, [15] f.; il.; 30 cm. Tese mest. Administração Pública, Univ. Minho, 1998. Bibliografia: p. 235-242.

PORTUGAL. Instituto para o Desenvolvimento Social - **Demografia - idosos [Texto policopiado]**. Lisboa: IDS DEP, 1999. 6 f.; 30 cm. (Folha estatística; 1).

PORTUGAL. Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, ed. lit. - **Dimensão social e imigração**. [ed. lit.] Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento. Lisboa: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003. VI, 165

p.; il.; 24 cm. (Cadernos sociedade e trabalho; 3).

PORTUGAL. Ministério do Trabalho e Solidariedade. Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional - **[Demografia dos estabelecimentos em Portugal] [Documento electrónico]**: 1982-1998. Dados de inquéritos. Lisboa: DETEFP, 1999. 1 disco óptico (CD-ROM): som, color.; 13 x 14 cm.

PROJECTO SEMEAR PARA ACOLHER; PORTUGAL. Instituto da Segurança Social. Departamento de Protecção Social de Cidadania, ed. lit. - **44 ideias simples para promover a tolerância e celebrar a diversidade**. Lisboa: ISS, 2004. 27, [1] p.; il.; 17x24 cm. Também disponível na world wide web. Bibliografia: p. 27. http://www.acime.gov.pt/docs/Publicacoes/ideias_simples.pdf

ROSA, Maria João Valente, 1961-; SEABRA, Hugo de; SANTOS, Tiago - **Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira**. Porto: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004. 192 p.; 20 cm. (Observatório da Imigração; 4). Contém bibliografia.

ROSA, Maria João Valente, 1961-; CHITAS, Paulo - **Demografia: guia do formando**. Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, 1999. 1 dossier; il.; 31 cm. (Módulos PROFISSS. Unidade Modular; 29). Publicação em folhas móveis. Contém bibliografia.

ROSA, Maria João Valente, 1961- - **"O desafio social do envelhecimento demográfico"**. In: Análise social. - Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. - ISSN 0003-2573. - 4.ª série, vol. 28, n.º 122 (1993), p. 679-689.

ROWLAND, Robert - **População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX**. Oeiras: Celta, 1997. XVIII, 231 p.; il.; 24 cm. Bibliografia: p. 215-221.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. Instituto Superior de Economia e Gestão. Centro de Investigações Regionais e Urbanas - **Estudo sobre a demografia de estabelecimentos: relatório final**. Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, 2003. XII, 114 p.; 23 cm + 1 CD-ROM. (Cogitum9). Bibliografia: p. 75.

Sites: Demografia e Desenvolvi- mento

Alexandra César
CRC - ISS, I.P.



Committee for International Cooperation
in National Research in Demography
<http://www.cicred.org>



Associação Portuguesa de Demografia
<http://www.apdemografia.pt>



Max Planck Institute for Demographic
Research (Alemanha)
<http://www.demogr.mpg.de>



INED- Institut Nationale d'Études
Démographiques (França)
<http://www.ined.fr>



UCL - Institut de Démographie (Bélgica)
<http://www.demo.ucl.ac.be>



Council of Europe Development Bank
<http://www.coebank.org>



European Association for Population
Studies
<http://www.eaps.nl>



International Union for the Scientific Study
of Population
<http://www.iussp.org>



United Nations Economic Commission for
Europe / Population Activities Unit
<http://www.unece.org/cad/pau/Welcom.html>

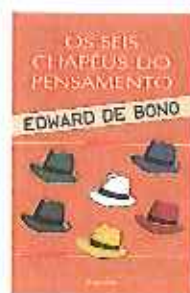


United Nations Research Institute for
Social Development
<http://www.unrisd.org>



Novidades Editoriais

Alexandro César
CRC - ISS, I.P.



• **Attaching in Adoption: practical tools for today's parents** - Publicado em 2005, este livro pretende fornecer informação adequada aos pais adoptivos relativamente à forma como podem lidar com as necessidades emocionais e as diferentes etapas de desenvolvimento dos seus filhos. Métodos para promover as ligações afectivas, respeito, cooperação, confiança e carinho são analisados nesta publicação. Temas como o trauma, os desordens afectivos, idade emocional vs idade cronológica, mudanças culturais, novos desafios familiares, entre outros, são abordados de forma a ajudar os pais a melhor compreenderem as suas crianças e a enfrentarem os desafios que se colocam no dia-a-dia. Organizado em 14 capítulos, aborda em pormenor as seguintes temáticas: Qual a importância das ligações afectivas? Os desafios colocados a pais e filhos. Qual a aprendizagem que as crianças fazem das relações afectivas? O sofrimento e consequências, perdas traumáticas. O impacto das mudanças culturais e desenvolvimento emocional, a construção da inteligência emocional e procura de ajuda profissional.

• **A dívida das empresas à Segurança Social** - Publicada em 2005, esta obra tem por objectivo analisar a problemática da dívida das empresas à segurança social, mais precisamente, a organização interna da Segurança Social, procedimentos em matéria de regularização das dívidas e formas de combater o incumprimento ao nível da fraude e da evasão prestacional. Este livro, pretende "alertar e sensibilizar os vários utentes para esta problemática, chamando a atenção para o cumprimento dos seus deveres e obrigações, para que a Segurança Social possa fazer face aos compromissos assumidos em matéria de medidas de protecção social". Destina-se ao público em geral, com incidência nos agentes envolvidos no processo - dirigentes, académicos, estudantes, empresários, juristas, advogados, conselheiros, banca, fisco, entre outros. Organizado em nove capítulos aborda os seguintes temas: responsabilidades contributivas do regime geral da segurança social; garantias especiais da Segurança Social; mecanismos de actuação da Segurança Social perante o incumprimento; mudanças organizacionais nos últimos 5 anos e a Segurança Social enquanto credora das empresas e autorizações excepcionais de regularização de dívidas.

• **Os seis chapéus do pensamento** - Publicação de 2005, este livro é conhecida internacionalmente como um "manual" de criatividade e, ao mesmo tempo, um guia para o pensamento mais eficaz e objectivo. Esta edição revista e aumentada baseia-se na experiência do autor de utilização do método dos seis chapéus. Este método constitui uma alternativa ao sistema de argumentação/discussão, recaindo a ênfase sobre "o que pode ser" em vez de sobre "o que é" e na maneira como projectamos um caminho para a frente e não em quem está certo e quem está errado. O conceito dos seis chapéus tem dois objectivos principais: o primeiro, é simplificar o pensamento, permitindo ao pensador lidar com apenas uma coisa de cada vez; o segundo é permitir uma mudança no pensamento. Através de uma forma prática e positiva de tomar decisões e explorar novas ideias, este método permite pensar melhor usando o "chapéu de pensamento" mais adequado, nomeadamente: chapéu branco - pensamento neutro e objectivo; chapéu vermelho - pensamento emocional; chapéu preto - pensamento negativo; chapéu amarelo - pensamento alegre e positivo; chapéu verde - pensamento criativo e chapéu azul - pensamento organizador.

• **Administração pública: modernização, qualidade e inovação** - Publicação de 2005, esta obra aborda e discute as teorias, os conceitos e as práticas propondo soluções para apoiar os profissionais do sector público nos processos de mudanças necessárias para que a Administração Pública atinja os patamares de qualidade, eficácia e eficiência das sociedades mais desenvolvidas. Esta obra encontra-se dividida em duas partes: a primeira reporta-se ao enquadramento geral onde é feita referência aos movimentos de reforma e modernização do estado e da administração pública e a aplicação de teorias de Gestão da Qualidade (caso da CAF); na segunda parte aborda os seguintes temas: liderança, estratégia e planeamento, gestão de recursos humanos, parcerias, informação, tecnologias e conhecimentos e gestão da mudança. Segundo os autores as dinâmicas propostas neste livro requerem "...um forte investimento nas pessoas, e poderão dotar a administração pública do aparelho conceptual teórico-prático capaz de ultrapassar as velhas disfunções burocráticas para chegar a uma administração moderna, aberta, transparente e receptiva à participação dos seus vários parceiros, a começar pelos cidadãos e pelos funcionários públicos".

O ISS, I.P. gostava de lhe dizer que...

PRIMEIRO ENCONTRO "INTERVENÇÃO SOCIAL NA PROBLEMÁTICA DA TOXICODEPENDÊNCIA" DO DISTRITO DE BRAGANÇA



SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

O CDSS de Bragança, em parceria com o CAT de Bragança, realizou no passado dia 22 de Setembro, no Auditório do CDSS, o primeiro Encontro sobre o tema "Intervenção Social na Problemática da Toxicodependência". Para além dos técnicos responsáveis locais dos dois organismos por esta temática, estiveram também presentes técnicos dos Serviços Centrais, responsáveis pela mesma.

Para além destes, participaram neste evento, técnicos que trabalham com esta problemática.

- técnicos da Segurança Social dos 12 concelhos que fazem parte do Distrito;
- técnicos de Serviço Social dos três hospitais distritais;
- técnicos dos Centros de Saúde dos seis, em que existem técnicos;
- outros técnicos de Instituições que tem articulação directa, quer com os serviços, quer com os utentes.

Os principais objectivos foram:

- Identificar os recursos disponíveis de apoio a esta problemática;
- descrever os circuitos de procedimentos de articulação entre serviços;
- preencher devidamente os instrumentos de ligação necessários à articulação;

- delinear planos de inserção adequados às necessidades dos utentes na lógica da contratualização para a inserção, tendo em conta a especificidade da problemática.

Este evento teve bastante adesão e envolvimento por parte dos participantes o que nos leva a crer que as expectativas delineadas foram superadas. Ficaram já planeados outros Encontros entre as duas Instituições parceiras com o objectivo final de se conseguir formalizar os Planos de Inserção conjuntos com os diversos utentes e ao mesmo tempo a atribuição do Gestor de Caso.

ENCONTRO DA REDE SOCIAL DEBATE DA PROPOSTA NORMATIVA



No passado dia 16 de Novembro realizou-se, em Lisboa, o Encontro da Rede Social para debate das Propostas para criação de um novo Normativo legal. Este Encontro presidido por Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social, foi moderado pela Presidente do ISS, I.P. e assentou em dois grandes objectivos.

Por um lado, a apresentação e debate de propostas para o futuro diploma que regu-

lará a organização e funcionamento da Rede Social. Por outro lado, o Encontro constituiu um espaço de reflexão e recolha de contributos para o referido normativo.

LINHA NACIONAL EMERGÊNCIA SOCIAL (LNES)



Emergência Social

LNES - serviço público gratuito - 24 horas, 365 dias ano - para protecção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de Emergência Social, abrange como grupos prioritários pessoas: em situação de sem-abrigo; vítimas de violência doméstica e crianças, jovens e idosos em risco.

Como "Eco" surge a notícia da Implementação, em Rede e a Nível Nacional, em Novembro, da Aplicação Informática de suporte à Base de Dados - LNES, instrumento agilizador de circuitos: Equipa Central/Equipa Distritais de Emergência e facilitador de elementos estatísticos de diagnóstico para propostas futuras de acção.



PRÉMIO ENG.º JAIME FILIPE - 2005



Dia 28 de Novembro 2005, realizou-se em Vila Real, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Cerimónia de Entrega do Prémio Eng.º Jaime Filipe - 2005, presidida por Sua Exa., a Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação e presença do Senhor Presidente do CD do ISS.

O evento, inseriu-se no Workshop 2010 - Trabalho preparatório da Agenda Portuguesa Iniciativas de e-Inclusão 2007.

O 1º Prémio foi atribuído à concepção "Plataforma não evasiva para recarga da bateria dos Implantes Cardíacos" da autoria de António Abreu e a Menção Honrosa, atribuída à concepção "Fluid Life", da Ydre-ams, Informática SA.

SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



O site da Segurança Social (www.seg-social.pt), disponibiliza um novo serviço - Segurança Social Directa - que permite às empresas a consulta de dados de identificação e de declarações de remunerações, a vinculação e a cessação da actividade de trabalhadores. Já o cidadão, poderá consultar os dados pessoais, a sua carreira contributiva (remunerações mensais e anuais) e o estado do processo das prestações sociais, como Maternidade / Paternidade, Doença e Desemprego. Basta digitar o NISS e a senha de acesso que é enviada por correio a quem adere ao serviço.

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS



Foi criado o "Complemento Solidário para Idosos", prestação extraordinária de combate à pobreza dirigida aos pensionistas que vivem com menos de 300€ mensais. A partir de Janeiro de 2006, todos os idosos com idade igual ou superior a 80 anos a que se encontrem nesta condição, podem candidatar-se ao "Complemento Solidário para Idosos", prestação que, até 2009, será alargada progressivamente a pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos. Prevê-se que a medida possa abranger 300 mil pensionistas com um complemento de cerca de 20% do seu rendimento inicial. (Decreto-lei nº 232/2005, de 29 de Dezembro, série I-A, nº249)

